



Departamento de Sociologia

“Quero Morrer do meu Próprio Veneno” - Representações Sociais da Polícia
e do Suicídio entre os Alunos dos Cursos de Formação Profissional da
Academia Nacional de Polícia

Tatiane da Costa Almeida

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Sociologia

Orientador:
Doutor Abílio Gaspar de Oliveira, Professor Auxiliar,
ISCTE-IUL

Setembro, 2013

“Quero Morrer do meu Próprio Veneno” - Representações Sociais da Polícia e do
Juicídio entre os Alunos dos Cursos de Formação Profissional da Academia Nacional
de Polícia, Nome do Candidato, Tatiane Almeida Setembro, 2013

Departamento de Sociologia

“Quero Morrer do Meu Próprio Veneno”: Representações Sociais da Polícia e do Suicídio
entre os Alunos dos Cursos de Formação Profissional da Academia Nacional de Polícia

TATIANE DA COSTA ALMEIDA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Sociologia

Orientador:

Professor Doutor Abílio Oliveira, Instituto Universitário de Lisboa

2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Abílio, não somente pelos conhecimentos formais partilhados, mas, sobretudo porque, tendo me graduado em 2001, afastei-me do mundo acadêmico, de forma a não saber mais como regressar. Foi meu orientador, a quem encontrei pesquisando o tema suicídio na web, quem, mesmo sem me conhecer, explicou-me os processos e incentivou-me, fazendo bem mais que seus deveres de professor exigem.

A todos os meus colegas da Polícia Federal que me incentivaram e a todos os dirigentes que ajudaram na realização desta investigação, seja liberando-me para estar em Lisboa, seja contribuindo para o recolhimento dos dados. Agradeço especialmente a Dra. Valquíria, então Directora de Gestão de Pessoal e ao DR. Rodrigo Ziembowicz por todo apoio na aplicação do questionário.

Aos alunos do Curso de Formação Profissional de Agentes e Papiloscopistas de Polícia Federal, do ano de 2012, pela participação e resposta ao questionário.

Aos meus pais Eni e Isaque pelo incentivo e por ter cuidado do meu maior tesouro enquanto estive longe.

A minha irmã Tamires por ter sido mãe no meu lugar, e a ela e Joaquim pela digitação dos dados colhidos por meio do questionário.

Ao meu colega de trabalho, Estatístico Raucélio, pelo formulário que elaborou para o preenchimento dos dados. Obrigada por mesmo com a Flávia doente, se esforçar para me entregar os dados a tempo.

Ao meu amigo Rui agradeço pelo apoio emocional durante a minha estada em Lisboa. Você é muito especial!

Ao meu filho João Carlos, tu tens razão, és importante mais que tudo!

RESUMO

O suicídio é um ato complexo - difícil de compreender e aceitar -, em consequência do colapso das esperanças, planos e expectativas (pessoais, familiares e sociais). Embora a profissão de policial esteja ligada ao uso de força - e recorde-se que a polícia é a instituição legitimada pela sociedade para usar a força para a manutenção da ordem e os direitos individuais -, a ocorrência de mortes voluntárias, entre estes profissionais é significativa, considerando que esta é uma população testada, psicologicamente e fisicamente. Esta pesquisa, enquadrada na teoria das representações sociais, visa, essencialmente, analisar as percepções do suicídio entre os futuros policiais federais brasileiros - recrutas da Academia Nacional de Polícia - de ambos os sexos, com idades entre 21 e 49 anos de idade. Os dados foram recolhidos através de um questionário com dez perguntas - o presente estudo concentra-se em duas dessas perguntas, relacionadas com as razões para se tornar um policial, e com as representações de suicídio. As dimensões identificadas, após ACP, foram analisadas em função dos efeitos das variáveis independentes - sexo/género e grupo etário. O dinamismo e a autoridade são duas dimensões mais relevantes para os homens do que para as mulheres; elas estão mais preocupadas com alguns aspetos práticos - como ter um emprego estável e salário - do que os homens. Os resultados obtidos contribuem para entender alguns contextos em que podem ocorrer suicídios, alertando para a necessidade de uma melhor organização policial formal, para discutir as reais dimensões/problemas do seu trabalho quotidiano.

Palavras-chave: policial, risco, morte, suicídio, fuga, resolução, representações

ABSTRACT

Suicide is often a complex response to the collapse of hopes, plans and expectations. It is always quite difficult to understand why it happens, being hard to face a death by suicide. Although the profession of police officer seems to be tied to the strength - and we must behold the police is the institution nowadays authorized by society to use force legitimately for the maintenance of order and individual rights - the occurrence of voluntary deaths among these professionals is significant, especially if we consider that this is a population psychologically and physically tested. This research, framed on the theory of social representations, aims, mainly, to analyze the perceptions of suicide among future Brazilian federal police - recruits at the National Police Academy - from both gender, with ages between 21 and 49 years old. The data was collected through a questionnaire with ten questions - the present study concentrates in two of those questions, related to the reasons to become a cop, and on the representations of suicide. The dimensions identified, after CPA, were analyzed according to the independent variables – sex/gender and age group. Dynamism and authority are dimensions more relevant to men than to women; in turn, they are more concerned with practical aspects - such as having a stable job and salary - than men. Our findings contribute to understand some contexts in which a suicide may occur, alerting to the necessity of formal police organization to discuss the real dimensions/problems of their quotidian work.

Key-words: police officer, risk, death, suicide, escape, solution, representations

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. Polícia	5
1.1 O que é a polícia?	5
1.2 O policial, a cultura e o papel social.....	6
1.2.1 Isolamento Social e Solidariedade Interna.....	8
1.2.2 O Papel Social de Policial.....	10
1.2.3 Organização Formal e Informal.....	12
2. Suicídio.....	15
2.1 Sobre o Suicídio.....	15
2.2 Definição de Suicídio.....	16
2.3 Durkheim e a construção do suicídio como objeto de investigação sociológica.....	18
2.4 O modelo psicológico.....	20
3. O Policial e o Suicídio.....	23
3.1 O Suicídio entre policiais.....	23
3.2 O porte de arma.....	25
3.3 A Polícia Federal e outras polícias brasileiras.....	26
4. A Teoria das Representações Sociais.....	31
4.1 Teoria e Conceito de Representações Sociais.....	31
5. A Investigação Empírica: Representações Sociais na Academia Nacional de Polícia.....	35
5.1 Introdução a Investigação Empírica.....	35
5.2 Objectivos Gerais.....	35
5.3 População – Amostra.....	35
5.4 As variáveis analisadas.....	36
5.5 Procedimento e Questionário.....	36
5.6 Tratamento dos Dados.....	38
5.7 Resultados.....	38
5.7.1 Dimensões Associadas à Decisão de Tornar-se Policial.....	38
5.7.2 Dimensões Associadas ao Suicídio.....	39
5.7.3 Análises de Variância.....	40
5.7.3.1 Efeitos Significativos Sobre a Escolha da profissão	40

5.7.3.2 Efeitos significativos sobre as Dimensões do Suicídio.....	40
6. Discussão dos resultados.....	41
CONCLUSÕES.....	43
BIBLIOGRAFIA.....	45
ANEXOS	

ANEXO A – Figuras e Tabelas de resultados relativos a outras pesquisas	
Tabela 1 Respostas à questão “Na sua opinião, qual é o principal valor ou missão da Polícia Federal: (Espontâneo)”	I
Tabela 2 Resposta à questão “Para você, o mais importante no ofício é”.....	I
Figura 1 – Taxas de suicídio no Brasil, por género, entre 1980 e 2008.....	I
ANEXO B – Questionário	II
ANEXO C -Gráficos de Frequências (por variável independente)	
Figura 2 Distribuição por Sexo / Género.....	XIV
Figura 3 Distribuição por frequencias relativas à Idade.....	XIV
Figura 4 Distribuição por Idade /Escala Etário.....	XIV
ANEXO D – Resultados	
Quadro 1 Médias e desvio-padrão das Razões para a escolha da Profissão.....	XV
Quadro 2 Estrutura factorial das dimensões significantes das Razões para a escolha da Profissão.....	XVI
Quadro 3 Variância Explicada, e Alfa de Cronbach, Razões para a escolha da Profissão.....	XVI
Quadro 4 Médias e desvio-padrão referentes aos indicadores associados ao Suicídio.....	XVII
Quadro 5 Estrutura factorial das dimensões significantes do Suicídio.....	XVIII
Quadro 6 - Variância explicada e Alfa de Cronbach associados às dimensões do suicídio.....	XIX
Quadro 7 Efeitos do Sexo/Género sobre as dimensões associadas às Razões da escolha da profissão.....	XX
Quadro 8 Efeitos do Sexo/Género e da Idade sobre as dimensões associadas ao Suicídio.....	XX
ANEXO E - Normativos e perfis profissiográficos referentes a concursos para provimento de cargos policiais	XXI

INTRODUÇÃO

A morte é sempre difícil de enfrentar e de aceitar, em particular, no caso de suicídio, por ser uma morte auto-infligida. O suicídio é um fenómeno complexo e multideterminado que, com frequência, surge como resposta ao colapso de esperanças, planos e expectativas, que custa sempre a entender (e.g., Oliveira, 2008; Sampaio, 2006). É preocupante imaginar que os policiais, geralmente vistos como profissionais frios, fortes, muito bem equipados e vivendo em perigo freqüente, prontos para todas as situações. sejam capazes de um ato tão extremo (e.g., Oliveira, 2008; Sampaio, 2006). Embora a profissão de policial esteja ligada ao uso de força¹, a ocorrência de mortes voluntárias entre esses profissionais é significativa, especialmente se considerarmos que esta é uma população testada psicologicamente e fisicamente (e.g, Violanti, 2007).

A presente pesquisa visa, antes de mais, analisar as representações do suicídio e da profissão entre os futuros Policiais Federais do Brasil - alunos do curso de formação de Agentes e Papiloscopistas de Polícia Federal do ano de 2012.²

A escolha deste tema deve-se também à preocupação em debater um fenómeno que, dada a frequência em que ocorre no meio policial, não pode ser tratado apenas na esfera individual, mas também como efeito de uma causa social relacionada com a profissão. De fato, o Brasil, país que no ano de 2011 registrou uma taxa de suicídio de 4,3 por 100 mil habitantes, teve uma proporção de 12 suicídios, para um efetivo de aproximadamente 13.000 servidores em 2012. Estes números podem ser ainda mais graves, caso se incluam as mortes por causas não esclarecidas³, e as tentativas de suicídio.

Era de se esperar que a ocorrência de suicídio entre policiais tivesse uma taxa menor que a da população em geral, dado se tratar de um grupo de pessoas empregadas e bem preparadas. No entanto a incidência do suicídio nos elementos policiais tem vindo a aumentar a

¹ E devemos observar que a polícia é a instituição hoje em dia autorizada pela sociedade para usar a força legítima para a manutenção da ordem, essencial para garantir o exercício dos direitos individuais.

² Mais tarde, pretendemos dar continuidade a este trabalho, com outros grupos de Policiais.

³ Nesse sentido, vale mencionar a relação encontrada por Susana Santos (2009) entre a ideação suicida e o envolvimento em acidentes de automóveis, o que pode indicar que tais ocorrências podem camuflar em verdade tentativas de suicídio, bem como que acidentes fatais podem na verdade tratar-se de suicídios. "Motor vehicle incidents, either when one is a driver or a pedestrian, can be blamed on inattention, poor sight or hearing, slow reactions, and other medical issues - or they could be intentional!" (Somes, 2011:180).

nível mundial (Rothmann, 2001), levando Violanti (2007) a afirmar que os policiais que se matam, são em maior número do que aqueles que são mortos por terceiros.

Ainda que o número de ocorrências fosse pequeno, a questão deve ser amplamente debatida, na medida em que um suicídio já é demais. Mais que outros tipos de morte, a autoaniquilação está associada à dor psíquica, ao sofrimento moral, à depressão e ao desespero (e.g., Oliveira, 2008; Sampaio, 2006, Violanti, 2007). Suas causas, além de remontarem a fatores sociais e individuais, têm efeitos sobre o grupo próximo à vítima. O impacto sobre os sobreviventes, famílias, amigos e colegas de trabalho é incontestável (e.g., Tate, 2001). Especialmente em comunidades pequenas e relativamente fechadas, grupos profissionais, tais como médicos, farmacêuticos e policiais, o suicídio cria um efeito "cascata" em termos de dor, ansiedade e, quando presenciado, causa considerável trauma (e.g., Stephen Barron, 2010).

Falar do problema significa colocá-lo numa posição de destaque e debate, tanto na academia, quanto na organização policial, desmistificando a noção de que o problema deve ficar camuflado, a fim de evitar um "contágio", ou para manter a imagem invulnerável da instituição e dos seus homens. Note-se que enquanto as instituições policiais "invejadas" no Brasil são capazes de discutir o problema e implementar programas de prevenção - exemplo do FBI, que mantém a Suicide and Law Enforcement Behavioral Science Unit – no Brasil ainda se carece de uma cultura voltada para a pesquisa do fenómeno, incluída aí a produção de estatísticas. A organização policial não é formalmente responsável pela omissão. O cuidado do FBI com os seus policiais reflete uma sociedade preocupada em "protect our protectors" (White and Honig, 2001: 470), tanto que qualquer suicídio de policial, relacionado ou não à atividade laboral, conforme se nota no excerto a seguir transcrito, é considerada como ocorrido no trabalho:

The Association for Vital Records and Health Statistics (AVRHS), the National Institute for Occupational Safety and Health (NIOSH), the National Center for Health Statistics (NCHS), and the National Center for Environmental Health and Injury Control (NCEHIC) have jointly developed classification guidelines for what is considered 'injury at work'. In the category 'law enforcement officer', the guidelines specifically state that any injury or fatality occurring to a police officer either on or off employer premises must be considered as a 'workplace injury or death' (NIOSH, 993, Appendix I) (...) It appears however that researchers view police work as an occupation which encompasses the life of any individual within its ranks whether they are on-or off-duty (Violanti, 2007: 39).

A morte, especialmente voluntária, é um tabu, mas romper com o medo ajuda a enfrentar a vida de forma mais plena. Por isso, num contexto social como a polícia, em que a morte é tão

presente quanto a vida, e os seus símbolos estão nos emblemas de caveiras, nas armas nas cinturas e nos imaginários, é de indagar o que o futuro policial pensa do abraçar voluntariamente o seu fim, e o que se pode relacionar das suas impressões sobre o suicídio com os modos de pensar acerca da sua (futura) profissão.

Foram elaborados itens relevantes que fundamentaram a elaboração de um questionário - posteriormente administrado a 434 recrutas – por meio do qual foram examinadas, dentre outras, as dimensões de pensamentos, sentimentos e imagens sobre o suicídio, que foram analisados de acordo com o sexo, idade e outras variáveis. Os resultados revelaram representações pertinentes, a fim de entender alguns contextos em que pode ocorrer a morte por suicídio.

Assim, o presente estudo visa, sobretudo, analisar as representações sociais do suicídio e as motivações para a escolha da profissão policial, dos alunos do curso de formação profissional, futuros Agentes e Papiloscopistas de Polícia Federal - e encontrar as eventuais associações entre as dimensões encontradas.

1. POLÍCIA

1.1 O que é a polícia?

Preliminarmente, impende tecer algumas considerações fundamentais sobre o que é a polícia, a fim de entender o que particulariza o fenômeno do suicídio em suas fileiras, tendo em mente que “não há definição comumente aceita da polícia nem do trabalho policial” (Monet, 2002: 18).

Assim como tantas instituições historicamente construídas pelo Homem, a polícia não existe desde sempre. Apesar da tendência recorrente em se acreditar na impossibilidade da vida em sociedade sem ela (Monet, 2002), a polícia estatal, especializada e profissional é uma invenção da Modernidade. Com efeito, o controlo social nas “sociedades pouco diferenciadas” estava “imerso no funcionamento cotidiano do grupo” (Monet, 2002: 31). Somente com a progressiva divisão do trabalho os mediadores são chamados a resolver os conflitos que gradativamente passam da esfera de resolução privada para pública (Monet, 2002).

Pode entender-se a polícia a partir de três dimensões: “ação (*policing*) diferente nos diversos contextos sociais; *unidade de homens organizados*, cujas palavras chaves são hierarquia e disciplina e cujos indivíduos devem marchar como um só homem (conquanto, de fato, não exista nada ‘menos monolítico’ que a polícia)”; e uma “*instituição singular* em razão da posição central que ela ocupa no funcionamento político de uma coletividade” (Monet, 2002: 15).

Ora, o conceito sociológico de Estado se relaciona à força. Com efeito, “o Estado contemporâneo (é) uma comunidade humana que, nos limites de um território determinado (...) reivindica com sucesso por sua própria conta o monopólio da violência física legítima” (Weber, 2005: 56), reivindicação esta que se sustenta, também

pela criação, manutenção e comando de uma força física suscetível, por sua superioridade, de impedir a qualquer outra pessoa o recurso à violência, ou contê-la nos quadros (nível, formas e objeto) que o próprio Estado autoriza. Essa força pública é mais comumente denominada polícia (Monjardet, 2003: 13).

Dizer que a polícia é o único ente autorizado ao uso da força, no entanto, é parcial, pois os guardas prisionais, os vigilantes, e até o cidadão comum, sob determinadas condições, também estão autorizados a utilizar a força. O que singulariza a força policial, além de ser inegociável, é que o alvo e as hipóteses em que pode ser empregada são indetermináveis (Monjardet, 2003; Monet, 2002).

Muito embora a polícia nem sempre faça uso da força efetivamente, o simbolismo que encerra a possibilidade é que se relaciona com a autoridade. A utilização da coerção na

solução dos problemas quotidianos não é, de forma alguma, a regra, sendo certo que o policiamento é mais eficaz quando a mera “possibilidade” do uso da força por si só é suficiente para atingir os objetivos (e.g Reiner, 2004; Bayley, 2002; Bitnner, 2003,)⁴.

Enfim, polícia é ação (policing); é instituição estatal formal, organização burocrática, de estrutura hierárquica; mas também é uma profissão, um grupo de pessoas, com cultura e interesses próprios. Como toda organização de trabalho, tem “um lado formal (estrutura, organogramas, recursos humanos e materiais, e seu arranjo segundo regras explícitas que determinam a maneira como a organização pode operar)” e um informal, composto por um conjunto de comportamentos e normas de acordo com as quais funciona na prática (Monjardet, 2003: 41).

Perscrutar a instituição é estudar os seus activos. De fato, evocando a velha metáfora do martelo e seu mestre, que evidencia o carácter instrumental da polícia, deve-se ressaltar que “a complexidade do instrumento policial é de outra natureza: toda organização é primeiro uma reunião de homens e mulheres” (...) conquanto não haja “organização formal sem organização informal” (Monjardet, 2003: 23).

1.2 O policial, a cultura e o papel social

Apesar de não existir, recorde-se, um modelo padrão de polícia, ou um conceito que englobe as suas diferentes concepções nos diversos contextos sociais, a cultura profissional centra-se em valores que são estranhamente próximos (Monet, 2002).

A natureza idêntica das tarefas policiais, a detenção, por todos os policiais, de poderes de pressão análogos, o peso das hierarquias e o isolamento social dos policiais se combinam para produzir em toda parte as mesmas constelações de normas informais e valores (Monet, 2002: 153).

Importa igualmente destacar que o facto de os policiais enfrentarem o perigo, estabelecerem no exercício da profissão a autoridade, e se preocuparem com a eficácia de sua ação, faz com que construam “óculos cognitivos” e uma “personalidade de trabalho”, caracterizada por “traços partilhados por todos” (Skolnick, 1968: 42)⁵. Alguns desses traços

⁴ Pode dizer-se até que “There is an inverse relationship between power and authority – power is used when there is a failure of authority” (Ralph Slovenko, in Apresentação, Violanti, 2007: vii).

⁵ “A ‘personalidade de trabalho’ não é um fenómeno psicológico individual (como, erroneamente, pode sugerir o termo ‘personalidade’), mas uma cultura socialmente gerada. É a resposta a uma combinação única de facetas do papel da polícia: ‘duas variáveis principais, o perigo e a autoridade, que devem ser interpretadas à luz de uma pressão ‘constante’ de parecer eficiente” (Skolnick, 1968: 44).

incluem a suspeita⁶ em relação ao outro; o isolamento social, compensado por uma solidariedade interna muito forte⁷; e a valorização do pragmatismo, donde decorre um conservadorismo intelectual, político, social, bem como preconceitos de gênero e étnicos (Monjardet, 2003).

Outra característica central da cultura policial é um sentido de missão (Reiner, 2004: 136), o qual decorre do sentimento de que o policiamento é, não apenas um trabalho, mas um meio de vida com um propósito útil, pelo menos a princípio. “É uma seita – é como uma religião, a força policial” (Fala de um guarda, Reiner, 2004: 247)⁸. De fato, uma das representações comuns na cultura policial, reflete uma noção messiânica da profissão, na qual os policiais são “encarregados de reconduzir ao bom caminho os pecadores transviados e evitar às pessoas ‘honestas e respeitáveis’ entrar no caminho fácil que conduz ao vício e à perdição”, sendo que este discurso cínico e moralizador “caracteriza as culturas policiais de todos os países” (Monet, 2002: 129).

Em pesquisa realizada em 2008, pelo Instituto Sensus, na qual foram entrevistados 1000 servidores da Polícia Federal, dos 26 Estados da Federação e do Distrito Federal, puderam-se verificar as principais ideias que os pesquisados relacionam ao valor e a missão da instituição. Itens que continham a palavra “combate” apareceram entre os quatro mais mencionados (espontaneamente) pelos entrevistados (36% das respostas), o que denota como é significativa a noção de polícia com um sentido de luta/embate/guerra contra o mal. Ademais, “dar segurança” aparece em primeiro lugar (15% das respostas), o que transparece um certo sentido heróico associado à profissão (cf. Anexo A, Tabela 1).⁹

⁶ “A desconfiança é um reflexo profissional necessário, da qual a suspeição é a deformação neurótica” (Monjardet, 2003: 196).

⁷ “Na medida em que o espírito fraternal liga os membros da polícia, ele também os segrega do resto da sociedade” (Bittner, 2003: 155). No mesmo sentido, os efeitos acumulados das tensões enfrentadas pelos policiais - tanto no ambiente de trabalho como externo - vão produzir como resultados “social isolation and group loyalty” (Terrill, 2003: 1003).

⁸ “Para entender o trabalho policial, é importante saber que ele é visto como uma missão, um imperativo moral, e não apenas como um trabalho qualquer”. (Reiner, 2004: 137).

⁹ Aparentemente para os policiais, de uma forma geral, “o objetivo final da ação policial não é tanto realizar uma prestação de serviço em benefício de cidadãos individualizados, como preservar, em benefício do conjunto da coletividade, a ordem social existente contra um certo número de predadores que conduzem consigo a anarquia, como a nuvem traz a tempestade” (Monet, 2002: 129).

De fato, aparentemente os policiais acreditam que sua função seja mais relacionada com ajudar, e menos com prestar um serviço. Tanto que na mencionada pesquisa os factores “polícia judiciária” e “contribuir com a justiça” foram os menos mencionados.¹⁰

Ocorre que, com o passar do tempo, ao serem solicitados para inúmeras situações de miséria humana, e um número excessivo de demandas que não conseguem resolver, os policiais podem sentir-se frustrados/impotentes, e distanciarem-se, adotando uma visão cínica da realidade^{11,12}. Esses sentimentos - reforçados pela exposição a situações degradantes, como violência, morte e abuso sexual - leva o policial a se proteger, por exemplo, abusando do álcool¹³ ou adotando uma postura fria, como reflexo do mecanismo de defesa do ego, que busca a negação de realidades dolorosas para evitar sentimentos de ansiedade (Bonifacio, 1991: 16)¹⁴.

1.2.1 Isolamento Social e Solidariedade Interna

Para o estudo do fenómeno do suicídio policial é fundamental focar o factor isolamento e a solidariedade interna. De facto, Maris e Giddens “found in their data the principal variable linking psychological with social views of suicide is the isolation of the person from significant relationships” (Violanti, 2007: 23).

O policial sente estar afastado do público “por um fosso que não pára de escavar”, sendo que este sentimento informa o discurso recorrente de que a polícia é mal-amada (Monet, 2002). Essa impressão vai contaminar a percepção sobre a realidade e construir no policial a sensação de estar desapegado demais de toda a sociedade e muito ligado aos seus pares, apenas perto dos quais se sente bem. O sentimento de isolamento pode ter múltiplas origens,

¹⁰ O mito de que a polícia é indispensável, de que a sua missão essencial é ‘proteger e servir’, é de importância fundamental para visão de mundo da polícia (Reiner, 2004).

¹¹ O sentimento de impotência diante dos problemas sociais como é um fator de stress para o policial (Violanti, 2007).

¹² “A essência da visão policial é a mescla sutil e complexa dos temas de missão, amor hedonista por ação e cinismo pessimista” (Reiner, 2004: 139).

¹³ “O alcoolismo na polícia tem sido um problema constante desde o início da força policial. A tolerância alcoólica e sexual da polícia são produto tanto do carácter masculino da força como da tensão criada pelo trabalho” (Reiner, 2004: 149). Esses autores relacionaram uso de álcool e suicídio entre policiais: Goldfarb, 2001; Thrasher, 2001; Kraft, 2001; Myers 2001; Seltzer 2001; Klein, 2001; Pam, 2001; Berg, 2001; White, 2001 e Violanti, 2001). No Brasil encontrou-se entre os policiais “maior prevalência de uso de álcool no último ano do que na população geral” (Ferreira, 2013).

¹⁴ O cinismo pode estar relacionado ao burnout, “a state of exhaustion in which one is cynical about the value of one's work and ability to cope” (Burke, 2007: 241).

sendo que a mencionada suspeição paranóide, e a exposição ao lado negro da sociedade, parecem contribuir para a sensação de estarem separados do resto do mundo por uma “tênue linha azul”.

É certo que um policial sente-se vigiado, em consequência da servidão obrigatória decorrente do uso da força, pois “ninguém poderia confiar a força pública a uma instância qualquer, e desarmar as outras, sem tomar precauções para que essa força não fosse desviada para a utilidade particular do príncipe, ou em proveito dos próprios policiais” (Monjardet 2003: 196). Portanto, o policial é (e sente-se) fiscalizado, cobrado e temido em razão desta prerrogativa.¹⁵

A desintegração de um profissional, que não é exatamente bem aceite pelo “que faz” e “como faz”, é extremamente marcante. A sua atividade profissional implica necessariamente a restrição de liberdades individuais para a manutenção da ordem, requisito imprescindível para o desenvolvimento da democracia e gozo dos direitos humanos. Neste sentido, “a ocupação da polícia é inerentemente um ‘serviço sujo’” (Reiner, 2004: 301), considerada, salvo raras exceções, um mal necessário.

Interessante a abordagem de Bonifacio, no sentido de que a sociedade tem sentimentos ambíguos em relação aos policiais, decorrentes do poder de proteger e punir o cidadão de que dispõe esse profissional. Segundo propõe, os cidadãos teriam fantasias que confundem os policiais com os seus próprios pais: “In essence, the police officer’s power, and the citizen’s lack of it, recreate the citizen’s childhood feelings of love and admiration for the loving parent and of hate and fear of the punitive parent” (Bonifacio, 1991: 25).

A própria natureza da atividade - que exige objectividade e despersonalização - implica muitas vezes o trabalho em regime de plantão, o que contribui para o isolamento, na medida em que impede o policial de tomar parte nas atividades normais e rotineiras:

It appears that law enforcement officers often become alienated from others because of the particular work situations and social exclusion from those who want nothing to do with police and

¹⁵ Não é só a força física que incomoda. De uma forma geral, os meios de trabalho da polícia, como as interceptações telefônicas e de dados, os informantes, as infiltrações, as entregas controladas são invasivas “constituem delitos caracterizados, ou, no mínimo, faltas contra a moral comum e, com mais frequência, ambos ao mesmo tempo. Para qualquer outra pessoa exceto o policial, caracterizam-se como violações das liberdades individuais das regras consensualmente admitidas da vida em comum” (Monjardet, 2003: 28).

seem they bear almost a hatred for them... if this be so, the presence of suicide potential in an occupational group of this orientations may be understandable” (Nelson and Smith,1970)¹⁶.

No mesmo sentido, a solidariedade interna, sendo uma forma de compensar o isolamento, assume uma importância vital entre os policiais. Ela decorre da “necessidade de ser capaz de confiar nos colegas em uma situação difícil, e uma armadura protegendo a força como um todo, para que o público não conheça suas infrações” (Reiner, 2004: 141). Não se pode negar ainda que seja fruto da estratégia do grupo e de cada indivíduo, lidar com as prescrições da organização formal e a supervisão dos superiores hierárquicos, evitando serem apanhados e punidos por faltas disciplinares, comuns num meio impregnado pela imprevisibilidade e ambiguidade (e.g., Monet, 2002; Reiner, 2004).

Cabe citar a pesquisa realizada por Monjardet (2003), a qual revelou que contar com os colegas e trabalhar num ambiente bom são factores que crescem em importância desde que o policial deixa a academia, enquanto fazer um trabalho interessante e respeitar o regulamento perdem relevância com o passar do tempo¹⁷ (cf. Anexo A, Tabela 2).

Importante salientar que, mesmo dentro da polícia existem nichos, formados pelos diferentes cargos - numa mesma estrutura os interesses são diferentes e concorrentes. Assim é que, especialmente na Polícia Federal, existe uma grande solidariedade entre os policiais que estão na base da pirâmide (Escrivães, Papiloscopistas, e Agentes de Polícia Federal) cuja amálgama é a contraposição aos Delegados, que estão no topo da hierarquia. A solidariedade neste grupo, portanto, “está longe de ser perfeita num universo policial constantemente perturbado por conflitos internos e rivalidades corporativas” (Monet, 2002: 153).

1.2.2 O papel social de policial

Os homens enquanto seres sociais são determinados a agir de acordo com o que seus pares consideram adequado. Cada grupo social tem normas que regem as relações entre os indivíduos e que estabelecem os respectivos papéis sociais. Existem “expectativas de comportamentos mais ou menos definidos e quanto mais a relação social for fundamental para a manutenção do grupo e da sociedade, mais precisas e rígidas são as normas que a definem”

¹⁶ Gibbs and Martin (1964) informam que quanto mais integrados com a sociedade e quanto mais laços de relacionamentos estáveis mantém, a menor risco de suicídio está sujeito o policial (Violanti, 2007: 10). Heiman, por exemplo, demonstrou que os policiais londrinos, são melhor aceites na sociedade que os americanos, razão pela qual, menos desintegrados, manteriam relações mais estáveis e cometeriam menos suicídio (Heiman, 1977).

¹⁷ Pesquisa realizada entre policiais franceses que foram entrevistados durante o curso de formação na academia de policial e, posteriormente, quando já eram policiais.

(Lane, 1994: 14)¹⁸. Como qualquer outro grupo social, os policiais também desempenham um papel social próprio, adquirido por meio de um processo de socialização, em que lhes é imposto um modo de comportamento estratégico para lidar com as tensões do trabalho (Hunt et al., 1983).

Um dos traços que distingue o papel social do policial, é a forma de lidar com problemas. Num provável esforço em busca da objectividade que julga necessária para desempenhar sua profissão, o policial tende a dicotomizar as situações e julgá-las como certas ou erradas, desprezando o meio termo. Conforme mencionado anteriormente, é característico do policial o *constrictive cognitive style*, o que leva a uma forma equivocada de lidar com problemas, vez que limita a possibilidade de enxergar possíveis formas de resolução de problemas que vão além de pares opostos (Violanti, 2007).

Essa dicotomia é ainda mais grave na medida em que o policial se vê como alguém que resolve problemas, e observa “the job as a source mastery when he solves problems or handle dangerous situations” (Bonifacio, 1991: 13), o que pode ser útil na atividade policial, mas não na vida pessoal, pois diante uma situação que não possa ser dominada, o suicídio pode parecer a única solução possível.

Ora, além de serem socializados nesse papel, caracterizado pela forma dicotômica de resolução de problemas, os policiais, diante de situações estressantes, tendem a privilegiar este papel, em detrimento de outros, como o de marido, de pai, e de amigo. “Symptoms of distress vary inversely with the number of role-identities possessed” (Thoits, 1986: 260). Assim, quanto mais papéis o policial é capaz de desempenhar, menos sujeito a tensões fica - eis que variados papéis implicam múltiplas identidades, fundamentais para a auto-definição do self e para dar sentido e valor à vida. Porém, a organização policial formal, não só constrange a atuação do policial conforme o papel social prescrito, como indica como deve desempenhá-lo, ainda que em desacordo com a verdadeira personalidade e sentimentos do indivíduo¹⁹, o que pode resultar em conflito, ambiguidade e dificuldade de aceder à sua verdadeira personalidade.

Outro ponto importante a destacar é o processo de aquisição do papel social de policial. Ao escolher ingressar na carreira, o recruta passa por um processo abrupto de ressocialização, em que irá passar da condição de civil para a de policial. O processo é intenso no início da

¹⁸ “‘Role’ may be described as an inventory of behavior patterns used to respond to work situations (Hunt et al., 1983, Apud Violanti, 2007: 12).”

¹⁹ Estudando recrutas da academia de polícia Harris encontrou o que chamou de “‘false personalization’, ‘a facade of behavior that forces officers to act out roles which were contrary to their true identities and feelings’” (Harris, 1973).

carreira e continua a dominar o policial ao longo da vida. O objectivo é incutir no policial uma sensação de força emocional sobre-humana, seja pela imposição desse discurso, seja pelo treinamento de técnicas de defesa pessoal e uso de armas (Violanti, 2007: 15).

Saídos da Academia, grande parte dos “novinhos” tende a achar o trabalho excitante, a princípio, e viciar-se na adrenalina da profissão, desenvolvendo uma dependência fisiológica e social - fenómeno que Gilmartin (1990) chamou de “brotherhood of biochemistry”, que modifica a forma de o policial interagir com o meio. Assim, adaptados à excitação e ao perigo, tendem a ficar deprimidos em períodos normais ou de calma, sentindo-se desinteressados e desconectados com tudo que não se relacionar ao trabalho policial. É que “A missão de policiamento não é vista como uma coisa irritante. É divertida, desafiadora, excitante, um jogo de sabedoria e habilidades”²⁰ (Reiner, 2004: 137).

A atividade policial nem sempre é tão empolgante como se supõe - ao contrário é cheio de tédio e burocracia com os quais o policial tem de lidar, nem sempre com satisfação. Nesse sentido, saliente-se a relação encontrada por Solush, 1989, segundo o qual intercalar períodos de grande excitação com calma causaria depressão:

“Often termed a ‘high’ or ‘rush’, these states are followed by an unpleasant, guilty, occasionally ‘mildly down’ mood or an almost non-feeling state which usually persists hours, days or weeks until the next dream or flashback” (Solush, 1989: 452).

1.2.3 Organização Formal e Informal

O universo da polícia é estruturado por duas lógicas diferentes: a formal, representada pelo topo da hierarquia, é fundamentada nas normas e no controlo; e a informal, que constitui a base da pirâmide, “privilegia a iniciativa, a negociação, a escolha discricionária quando é preciso gerir situações conflitantes, das quais nenhuma se parece com a outra” (Monet, 2002: 154). Enquanto uma está preocupada em proteger a imagem da instituição, à outra importa solucionar os dilemas que lhe são apresentados no quotidiano profissional. Ambos os aspectos organizacionais influenciam o comportamento do policial.

A preocupação com a imagem decorre da visibilidade e vulnerabilidade da polícia, como instituição que compõe o sistema jurídico penal, e que é constantemente vigiada e influenciada

²⁰ “O principal produto em que a polícia é viciada é a adrenalina (Graef, 1989). Mas as emoções da caça, a luta, a captura, a ‘síndrome de machismo’ (Reiner, 1978, p. 161), apesar de serem momentos especiais, raros de acontecer no trabalho, não são apenas um esporte. Eles podem ser desfrutados sem inibições e com prazer, porque também vistos como valendo a pena. Aos próprios olhos, o policial é um dos ‘caras bons’, e é isso que lhe dá licença para agir. Ele não é apenas um motorista de corrida, um lutador de boxe usando um uniforme azul” (Reiner, 2004: 137).

pela Justiça, o Ministério Público, as organizações civis (como a Ordem dos Advogados), assim como pelos média e a opinião pública, os quais atuam limitando a arbitrariedade do poder do policial. A esta influência externa a organização policial formal responde tentando controlar o comportamento dos seus membros, por meio da hierarquia e da disciplina. Assim, visando exteriorizar uma polícia que funcione de forma legal, ordenada e racional, a cultura formal, dentre outros meios, exige do policial aderência ao papel social²¹, mesmo num ambiente marcado por constante mudança, dada a heterogeneidade de situações a que a polícia tem de responder.

Não se pode olvidar que, como resultado da disciplina extrema, o policial tende a adotar uma postura geralmente defensiva, oprimido por uma organização que mantém sua imagem imaculada, culpando policiais individualmente. Cuida-se do fenómeno chamado “deflection of blame”, “a form of bureaucratic control that protects the reputation of the organization at the expenses of its members” (Violanti, 2007: 16). Pelo que, a influência da organização formal, com seu sistema hierárquico rígido e a constrição do policial ao papel social, pode ter consequências, interferindo no bem-estar e provocando no indivíduo a adoção de um padrão rígido de comportamento.

Por outro lado, há uma subcultura que sujeita os policiais a um estrito código em que são valorizados, especialmente, a discricção, o sigilo e a solidariedade na tentativa de proteger o policial da hierarquia rígida (e geralmente pouco afeta aos bons princípios de gestão de pessoal), bem como da curiosidade e hostilidade do público externo (Shane, 2007). Sua principal exigência é a lealdade. O policial deve apoiar os colegas policiais, fingindo que não viu ou mantendo o silêncio sobre as violações e transgressões que testemunha. Deve ser confiável e não revelar nada aos superiores. Devido à estrutura organizacional segmentada, os policiais acabam passando mais tempo uns com os outros, do que com seus chefes e jamais com os dirigentes da instituição, razão pela qual as relações entre os colegas geralmente se sobrepõem. Além disso, existe um forte controlo social, sendo que as violações às regras informais de comportamento são rigidamente sancionadas.

Num mundo em que os momentos de espera e disponibilidade são numerosos, e comumente são preenchidos pela conversa, pela troca de palavras acerca de tudo e nada, o ‘delinquente’, aquele que viola esta ou aquela regra, é imediatamente sancionado pela exclusão dessa sociabilidade: não lhe dirigem a palavra, e quando ele a toma, não é escutado. Numa microssociedade fechada,

²¹ The typical police organization may be said to ‘compound the felony’ against officers in terms of control: they are coerced to behave consistent with the police role in continuously changing environment and punished when they do not conform (Violanti, 2007: 16).

onde a atividade é de essência coletiva, onde a coesão interna é central, esse tipo sanção é de uma eficácia muito mais temível que numa organização de trabalho em que a tarefa é principalmente individual e em que, portanto, é possível responder-lhe pelo afastamento” (Monjardet, 2003: 62).

O problema é que, em geral, as culturas formal e informal estão em oposição. Assim, se por um lado o policial é compelido ao papel social ditado pela organização formal, sob pena de sofrer penalidade disciplinares, por outro, deve obedecer às exigências da cultura informal, sob pena de sentir-se excluído pelos seus pares. Daí o policial viver em constante conflito, para se equilibrar entre as prescrições da cultura policial formal e informal, e o seu papel como indivíduo. Ora, não é de estranhar que o policial se veja invadido por sentimentos ambivalentes em relação ao público, à instituição, aos seus colegas, à sua família e amigos, e ao seu próprio trabalho, que ele ama e odeia.

How he defends against intense feelings as love and hate for the work is the most important and most difficult psychological adjustment he must make, particularly when repressing one feeling or the other has significant emotional consequences for him, his family, his peers, the department, and de public (Bonifacio, 1991: 20-21).

2 SUICÍDIO

2.1 Sobre o suicídio

A morte é acrônica (Ariès, 2000), faz parte do imaginário popular desde os mais imemoráveis tempos. Ela “tem sido o tema central das culturas ao longo da história, seja reverenciada como vontade de Deus ou encarada como último desafio humano” (Castell, 2002: 583). O Homem nunca teve uma relação fácil com a morte. Com a Modernidade, percebeu claramente que ainda que se possa tentar controlar a realidade exterior e o destino, no que respeita à morte, tal não é possível: esta coloca a todos no mesmo patamar, de modo inapelável, rompendo com qualquer projeto que possa ter, pelo que passou a ser negada, ignorada, temida e, por isso, selvagem (e.g., Ariès, 2000, Kastenbaum, 2001; Oliveira 2008, 2011).

A questão que mais preocupa não é o eventual medo da morte, que, aliado à curiosidade e inquietação, é intrínseco à natureza humana. Negar e esconder é que parece relacionar-se mais à crise da cultura contemporânea, e nem os progressos científicos parecem apaziguar esta atitude, pelo contrário (e.g., Kubler-Ross, 1991; Oliveira, 2008-a). Pensamos na ideia de imortalidade, porém, encaramos a morte como um fim que é sinónimo de fracasso.

Mais que qualquer outro tipo de morte, o tabu que se refere ao suicídio é ainda mais notável, dado seu carácter estigmatizante. O suicídio era tão rejeitado pelo Homem primitivo quanto o homicídio. Da mesma forma que se temia que uma pessoa assassinada voltasse para buscar vingança perante o seu algoz ou o grupo, receava-se que o suicida voltasse para atormentar os vivos. O sentido do homicídio e do suicídio, nesse contexto, associava-se à culpa. Então a morte não era entendida como fim, e o suicídio parecia algo irreal, mágico, “cometido com a certeza de que o próprio suicida não iria mesmo morrer. Em vez disso, ele estaria realizando um ato mágico que desencadearia um ritual complexo, mas igualmente mágico, que culminava na morte de seu inimigo”²² (Alvarez, 1999: 63).

A cultura grega antiga não condenou moralmente o suicídio como posteriormente se fez no ocidente durante a Idade Média. Com efeito, as superstições surgidas acerca do suicídio foram uma reação à suicidomania que caracterizou o início do cristianismo. Os romanos não viam o suicídio nem com medo nem com repulsa (e.g., Alvarez, 1999), o que, conjugado com a crença no paraíso e na glorificação na terra, acabava por resultar num incentivo ao suicídio. Contudo, embora o fundamento sob o qual se ergueu o cristianismo tenha sido o martírio através do suicídio, a partir do século IV, essa realidade tornou-se inconveniente e surgiram

²² Nesse sentido, Cassorla (1984) dá vários exemplos da atitude perante a morte nas sociedades tradicionais.

novas concepções sobre a morte voluntária. Santo Agostinho contribuiu para a construção das crenças que permaneceram no imaginário ocidental durante a Idade Média. Entretanto, a tarefa de demonizar o suicídio não foi simples. Foi necessário um exercício exegético para se concluir que o mandamento “não matarás” refere-se, não somente à morte de terceiros, mas à de si próprio, e que rejeitar a vida, como presente de Deus, é rejeitá-lo.

Porém, o que surgiu como um objetivo piedoso, evoluiu para as atrocidades cometidas durante toda a Idade Média, até o suicídio se tornar mais grave até que o homicídio - passível inclusive de excomunhão. De uma alternativa digna para os antigos e chave do paraíso para os primeiros cristãos, o suicídio tornou-se no mais condenável dos pecados, penalizado com ultraje do corpo da vítima e confiscos dos seus bens.²³

Somente a partir do século XVI, com o desenvolvimento das ciências e a consequente revisão das crenças medievais, a condenação moral do suicídio começou a ser debatida. O código penal pós-revolução francesa não faz menção ao suicídio como crime e na Inglaterra, a partir de 1870 as leis sobre confisco de propriedade mudaram. Já no século XIX, o suicídio passou a ser uma vergonha, que a família tenta esconder - tal como o faz em relação a qualquer tipo de morte (e.g. Ariès, 1989, 2000; Bradburry, 1999; Jankelevitch, 1977; Kanstenbaun, 2001; Kubler-Ross, 1991; Morin, 1988; Oliveira, 2008-a, 2011; Saraiva, 2006).

2.2 Definição de suicídio

Partindo da definição durkheimiana, o suicídio é “todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado. A tentativa é o ato assim definido, mas interrompido antes que dele resulte a morte” (Durkheim, 2000: 14).

Destaque-se que tomar a tentativa apenas pelo seu resultado, deixa de fora a questão da intencionalidade do ato. Com efeito, a tentativa diz muito sobre a pretensão do potencial suicida, pelo que não pode ser determinada apenas pelo fator externo de “ser interrompido”. De fato, embora por vezes o resultado não-fatal se realize por razões alheias à vontade do sujeito, há ocasiões em que a vítima pode usar métodos menos letais, ou cometer o ato de forma a deixar em aberto a possibilidade de ser salva (e.g., Sampaio, 2006).

Quanto à crítica de que se o acto é ‘realizado pela própria vítima’ exclui “cases where the person who committed suicide dies by the hand of another” (Baecheler, 1979: 9), tal não se aplica ao caso, dado o suicídio resultar direta ou indiretamente de um ato visto como positivo ou negativo - o que contempla, por exemplo, o policial que se deixa alvejar num confronto com

²³ Atualmente, o Catecismo da Igreja Católica exorta os fiéis a não desesperarem do perdão para o suicida. O código canônico atual não proíbe as exéquias, mas a ordenação de quem cometeu tentativa.

bandidos, pois, caso venha a falecer, o evento é resultado indireto do seu ato positivo (ir para a frente) e/ou negativo (não se defender ou deixar de tomar as devidas precauções).

“A certeza quanto ao resultado, referida por Durkheim, poderá também ser posta em questão nos actos suicidas em que predomina o risco, o jogo com a morte, onde surgem factores exteriores ao controle do indivíduo” (Sampaio, 2006: 45). Porém, pode se argumentar que há uma diferença entre a vítima “saber” e “ter certeza” do alcance do resultado. Saber significa que o sujeito não ignora, por exemplo, que ao jogar roleta russa existe a possibilidade de um tiro ser disparado mas, de fato, não existe certeza sobre o resultado - eis que existem todas as câmaras do tambor, à exceção de uma, vazias.

Entretanto, existe uma importante questão na intenção do suicídio que o conceito de Durkheim deixa escapar - a da ambiguidade -, pois o suicida fica dividido entre a vontade de morrer e de viver (e.g., Oliveira, 2008; Shneidman, 1987; Sampaio, 2006; Cassorla, 1984).

Crê-se em geral que a maior parte, se não todas as pessoas que cometem actos suicidas estão claramente resolvidas a morrer. O estudo das tentativas de suicídio não confirma isto. Muitas tentativas de suicídio e bastantes suicídios são cometidos na ideia de “Tanto se me dá viver como morrer” (...). Uma pessoa que depois do que parece ter sido uma óbvia tentativa de suicídio nega que tivesse realmente querido matar-se, pode estar a dizer a verdade (Stengel, 1980: 77).

Nesse sentido, é importante marcar a diferença entre a tentativa de suicídio e o suicídio consumado. Destaque-se que ideação, intenção, plano e tentativa “sucedem-se com frequência no tempo” (Oliveira, 2008: 113). A tentativa é não letal, devendo ser analisado sob o viés da gravidade, do meio e da intenção (Oliveira et al., 2004). Ela “engloba todo o acto não fatal de auto-mutilação, ou de auto-envenenamento” (Sampaio 2006: 31). Avaliar a intenção de morte não é simples, e de acordo com Tabachnick e Farberrow (1969) deve ser considerada de acordo com a gravidade, potencialidade destrutiva e a aproximação com um “ponto sem retorno” (Sampaio 2006: 32). Contudo, nem sempre a letalidade do meio empregue corresponde ao grau de intenção de morrer, posto que o indivíduo poderá enganar-se quanto à potencialidade do instrumento (Cassorla, 1984). Destaque-se também que, apesar de se sobreporem, os que têm sucesso na tentativa e os que tentam constituem “populações com características diferentes. E as motivações psicológicas e sociais devem ter também diferenças” (Cassorla, 1984: 82).

Entre os significados da morte por suicídio, encontramos “a vingança, expiação, transformação (Douglas, 1967), a fuga, agressão, sacrifício, jogo (Baechler 1979), ou a desesperança face ao suposto sentido (nulo) da existência (Mendes, 1975). Subjacente ao ato suicida há

a fantasia de outra vida, de um paraíso, de encontro com Deus, de outro mundo cheio de riquezas ou delícias²⁴, de reencontro com pessoas queridas que morreram, de volta ao seio materno, (...) de desejo de punição, de castigo, de destruir impulsos assassinos, de destruir impulsos sexuais culposos (...) o desejo de vingança, de proporcionar culpa, de causar sofrimento aos outros e à sociedade (Cassorla, 1984: 67).

Esta dissertação foca-se no conceito de Vaz Serra: o suicídio é a “autodestruição por um acto deliberadamente realizado para conseguir este fim” (Sampaio, 2006: 24).

Mencione-se ainda o conceito de comportamento para-suicida ou *para-suicídio* como um “acto ou comportamento individual não fatal, com o qual o indivíduo não tem clara intenção de morrer, mas no qual se arrisca a causar danos (mais ou menos graves), antes de mais em si mesmo, caso não exista a intervenção de outrem” (Oliveira, 2011: 121). São exemplo disso os comportamentos de risco (e.g., abusar de substâncias entorpecentes, conduzir em alta velocidade, manter relações sexuais desprotegidas, e praticar esportes radicais).

2.3 Durkheim e a construção do suicídio como objecto de investigação sociológica

No final do século XIX, Durkheim deu contribuições fundamentais para elevar o suicídio ao patamar de objecto de estudo científico. Com a obra “O Suicídio”, a partir dos estudos anteriores de Legoyt, Morseli, Wagner e Ottigen (Giddens, 2000: 232), Durkheim (2000) demonstra a possibilidade de todo o comportamento humano, até o suicídio - aparentemente o ato mais individual possível - ser socialmente determinado, pois os factores macrossociais se sobrepõem até ao psiquismo individual. Assim como outros sociólogos do final do século XIX, o autor expressou em seu pensamento uma visão pessimista sobre o tempo em que vivia, e toda a sua obra, desde “A divisão social do trabalho”, é permeada pelo tema da primazia do social sob o individual.²⁵

Durkheim (2004) desenvolveu o conceito de anomia, que usou para se referir ao enfraquecimento das normas colectivas, e o consequente aumento da insegurança e instabilidade, como resultado do ritmo frenético das mudanças que assistia em seu tempo, provocadas notadamente pelo racionalismo, industrialização; êxodo rural e urbanização. Nas sociedades ditas orgânicas, o indivíduo como princípio fundamental e consciente de sua

²⁴ “Os pacientes que fantasiam a morte como meio de gratificação são particularmente propensos ao suicídio fatal” (Sampaio, 2006: 39).

²⁵ Sua preocupação fundamental se relacionava aos mecanismos por meio dos quais os indivíduos vivem colectivamente. Assim, duas questões eram importantes no seu estudo: a *integração*, que diz respeito aos laços que unem socialmente os indivíduos, e a *regulação* que remete às normas da vida colectiva.

individualidade, adere de forma mais lânguida aos imperativos sociais do que os seus antepassados nas sociedades mecânicas, eis que a própria consciência colectiva tem menos espaço. E “abandonado a si mesmo, o homem é movido por desejos ilimitados, quer sempre mais do que tem e se decepciona sempre com as satisfações que obtém numa existência difícil” (Aron, 1982: 493). Somente a sociedade seria capaz de prover a disciplina para limitar as necessidades individuais.

Assim, Durkheim relaciona um tipo de suicídio - *anómico* - a uma suposta crise na sociedade moderna. Quanto menos regido pelos sentimentos e valores colectivos, mais o indivíduo estaria sujeito a exigir muito da vida e ficar insatisfeito com a incompatibilidade entre seus desejos/aspirações e as possibilidades de satisfação. Ao contrário, um excesso de regras poderia levar ao suicídio *fatalista* “quando, por um excesso de regulamentação, os indivíduos perdem o controlo sobre si mesmos e o seu destino” (Oliveira, 2008: 120).

Durkheim atenta ainda para o fenómeno da desintegração social, causado pelo excesso de individualismo, ao qual estaria relacionado o chamado *suicídio egoísta*. Abandonado a si mesmo, o indivíduo sofre para dar sentido à sua existência, por si só. Em sentido oposto um excesso de consciência coletiva, poderia impor a prioridade do grupo em relação ao indivíduo, que não possui valor por si mesmo, e levar ao dito *suicídio altruísta*.

Se, como acabamos de ver, uma individuação excessiva leva ao suicídio, a individuação insuficiente produz os mesmos efeitos. Quando desligado da sociedade, o homem se mata facilmente, e se mata também quando está por demais integrado nela (Durkheim, 2000: 269).

Visando confirmar as generalizações que resultaram desta análise, Halbwachs relacionou as taxas de suicídio com a estrutura familiar e religião, e concluiu que jamais poderiam ser analisadas de forma estanque, mas que deveriam ser consideradas em um meio social bem mais abrangente (e.g., Giddens, 2000). De fato, explicar a causa de suicídio - um fenómeno multideterminado - a partir de variáveis isoladas, é reducionista, pois são diversos os fatores que influenciam o modo de vida individual. Mais do que pensar que a religião determina a taxa de suicídio, “o aumento das taxas de suicídio seria (...) um sinal do enfraquecimento dos modos de vida tradicionais e o avançar para uma sociedade industrial e urbana mais complexa” (Sampaio, 2006: 48).

Durkheim não foi o primeiro a estudar o suicídio explicando as taxas de ocorrência sob o viés sociológico, “todavia, nenhum autor antes dele apresentara um sistema coerente de teoria sociológica capaz de reunir as principais correlações empíricas já estabelecidas” (Giddens, 1997: 17). O estudo durkheimiano peca ao pôr em relevo as causas sociais em detrimento das individuais, mas é inquestionável que suas afirmações afastaram os preconceitos medievais

que envolviam a questão. No entanto, é justamente quando conjuga os fatores sociais e individuais, e mitiga a importância desses últimos, que as suas conclusões tornam-se frágeis. De fato, “aceitar que fatores sociais possam ter seu papel na etiologia do suicídio não envolve a exclusão de outros fatores causais” (Giddens, 2000: 240).

Cabe mencionar ainda as críticas dirigidas ao método de pesquisa durkheimiano, voltado, à análise de estatística. Há basicamente duas formas de abordagem da questão: para Achille-Delmas, a análise seria prejudicada porque as estatísticas sobre o fenómeno são muito reduzidas (Aron, 2010: 494). Ademais, o método de recolha não seria preciso e o próprio conceito de suicídio é apropriado de formas diferentes nos diversos contextos sociais. Não haveria uma “definição comum de suicídio que sirva de suporte aos diversos registos, além de ocorrerem numerosos exemplos de ocultação de actos destrutivos” (Sampaio, 2006: 24). Na verdade, “é bem provável que algumas mortes por suicídio não sejam contabilizadas por razões culturais, histórico-sociais ou religiosas” (Oliveira, 2008: 139). Possivelmente existe uma “cifra negra de suicídio”, da mesma forma que ocorre no caso de crimes, especialmente nas taxas entre policiais. “Police investigators at the scene of a fellow officer’s suicide can readily control the information to protect the victim officer and family from stigma of suicide” (Violanti, 2007: 46).²⁶

2.4 O modelo psicológico

Alvarez faz uma importante crítica, ao explicar que a análise das estatísticas e dos casos, embora importantes para o método científico, pecam pela extrema objetividade. “Os verdadeiros motivos que impelem uma pessoa a pôr fim à própria vida estão em outro lugar; pertencem a um mundo interno, tortuoso, contraditório, labiríntico e geralmente invisível” (Alvarez, 1991: 110). Porém, a dificuldade de se elaborar uma teoria psicanalítica do suicídio, está no fato de o sucesso da tentativa implicar o fracasso do psicanalista, eis que o objetivo do tratamento é tornar a vida vivível. Ademais, o máximo que se pode analisar são os sobreviventes das tentativas, posto que o suicida propriamente dito é um objecto fora de alcance.

“O ponto de vista psicanalítico não pode explicar todas as condutas suicidárias, mas é sem dúvida de fundamental importância para compreendermos a psicodinamia do acto suicida, que tem de ser analisado individualmente” (Sampaio, 2006: 38). Nenhuma abordagem conseguiria esgotar um problema da envergadura do suicídio, única questão que realmente importa para o Homem, segundo Camus. Porém, a psicanálise pode ser o ponto de partida para

²⁶ Todavia, cabe mencionar que a OMS considerou viável o estudo do suicídio a partir da análise de estatísticas oriundas dos países ocidentais (Sampaio, 2006: 25).

o debate, tendo sido as linhas traçadas por Freud o primeiro facho na escuridão que envolve o à questão como fenómeno psicológico.

Freud lançou os fundamentos do suicídio nos domínios da psicologia, elaborando que a autodestruição antecederia necessariamente uma substituição do objecto exterior pelo próprio ego. O psicanalista explica que através do luto, o indivíduo tenta prolongar a existência do objecto perdido, reorientando a libido para outros objectos. Por meio da introjeção, o indivíduo processa a sua perda, trazendo de volta o objecto pedido e instalando-o dentro de si: “A introjeção tem a função de preservar a relação com o objecto de amor e controlar a torrente de sentimento que surgiria de outro modo” (Sampaio, 2006: 36). Existe uma ambiguidade em relação ao objecto perdido, o qual é amado e odiado. Assim, quando é introjetado, ele traz consigo estes sentimentos ambivalentes, o que faz com que a libido dirigida ao objecto seja reinvestida contra o ego, da mesma forma que o sadismo é desviado para o eu²⁷.

No luto o indivíduo chora pelo objecto amado, enquanto na melancolia, ele faz luto do seu próprio ego (Sampaio, 2006: 36). Se o processo se desenvolve normalmente, o ego se contenta com a presença do objecto como algo amado e fortalecedor, mas em casos patológicos o objecto volta em busca de vingança e punição, refletindo a culpa pela perda. O ego somente se pode matar se “puder tratar a si mesmo como um objeto se for capaz de dirigir contra si mesmo a hostilidade relacionada a um objeto, e que representa a reação original do ego para com objetos do mundo externo”.²⁸

Freud faz ainda importantes considerações sobre a relação entre agressividade e suicídio, associando-a aos instintos de vida, ligados, por um lado, à auto-preservação e a sobrevivência (Eros) - forças criativas sustentadoras da vida – e, por outro, à morte (Tanatos) - força destrutiva que pode ser direcionada para o exterior, por meio da agressão ou ódio, ou para o interior, na forma de masoquismo ou suicídio. Dá-se um “retorno da agressividade contra si mesmo, quando esta, dada a pressão social, não pode expressar-se contra o seu objeto verdadeiro” (Oliveira, 2008: 117). Daí a especulação de que, se os indivíduos pudessem expressar mais livremente a sua agressividade, haveria menos suicídios (Violanti, 2007: 7).

Portanto, o suicídio era considerado uma expressão da agressão e autodestruição. Estas forças são neutralizadas quando projetadas para um objecto exterior. Quando interiorizadas,

²⁷ Alvarez (1991) vai explicar a propensão para o suicídio em pessoas que tiveram que lidar com o luto muito crianças. Pelo processo da cisão, por meio do qual a criança introjeta o bom e projeta no exterior o mal, o sujeito projeta eventual culpa e raiva pela perda do objecto, e quando o processo de identificação acontece a criança acaba por carregar dentro de si o objecto morto e o assassino.

²⁸ <http://lacan.orgfree.com/freud/textosf/lutoemelancolia.htm>.

porém, podem levar a consequências não saudáveis, como o suicídio. Karl Menninger explica a existência de três mecanismos implicados, com maior ou menor intensidade cada um, no processo de suicídio: o desejo de matar, o desejo de ser morto e o desejo de morrer. "Probably no suicide is consummated unless – in addition to this wish to kill and to be killed – the suicidal person also wishes to die" (Menninger, 1938: 23). Litman encontrou também os estados emocionais raiva, culpa, ansiedade, e dependência, e sentimentos de desespero, desesperança e abandono, na psicodinâmica do suicídio (Oliveira, 2008: 117).

Shneidman (1985; 1987) encontrou as seguintes características nos suicídios:

1) propósito → encontrar solução; 2) objetivo → parar a consciência; 3) estímulo → dor psicológica; 4) stress → necessidade fisiológica frustrada; 5) emoção: desesperança-desespero; 6) estado cognitivo → ambivalência; 7) percepção → constrição; 8) acção → egressão (fuga ou saída); 9) acto interpessoal → comunicação de intenção; 10) inconsistência: inadaptabilidade aos padrões de uma vida longa (Oliveira, 2008: 118).

Shneidman tipifica também as crises psicológicas no suicídio: crise aguda, de curta duração; ambivalência: a vítima quer e não quer morrer; aspecto relacional, que implica que o gesto seja uma tentativa de comunicação (Shneidman, 1979).

3. O POLICIAL E O SUICÍDIO

3.1 O Suicídio entre policiais

Tendo em conta os conceitos já abordados, iremos analisar alguns fatores subjacentes ao suicídio na profissão policial.

Voltamos à personalidade profissional do policial e ao seu papel social, os quais são marcados pela visão de mundo *constritiva*. Ora, “A corollary of suicidal hopelessness is cognitive inflexibility, which includes difficulty in believing that there are non-suicidal alternatives to life problems” (Maris, 2002: 320). Shneidman (1985; 1987) apontou a percepção constritiva como um dos aspectos mais comuns no suicídio, que induz uma falha em processar alternativas diante das tensões da vida. No mesmo sentido, Saraiva explica que:

No modelo inicial de diátese-stress-desesperança de Schotte & Clum (1982) é a rigidez cognitiva que leva o indivíduo a não ser capaz de utilizar mecanismos de “coping” adaptativos, ou seja, mais eficazes, perante acontecimentos da vida geradores de stress. Daí a desesperança e a possibilidade de ideação ou condutas suicidas” (Saraiva, 2010).²⁹

Por outro lado, o *sentido messiânico da profissão*, faz com que o policial se veja como salvador da sociedade, separado dos demais por uma “tênue linha azul”³⁰, o que reflete um superego muito crítico, passível de se voltar fortemente contra o ego quando o indivíduo incorre em uma falta. Em casos assim, o suicídio pode ocorrer. “The police officer’s motive is to punish the self for abandoning morality. In paying the ultimate penance for surrendering to impulses, the police officer seeks to reclaim the superego’s approval” (Violanti, 2007: 12). Isso poderia explicar, por exemplo, os suicídios cometidos por policiais envolvidos em processos disciplinares. Ao contrário do que se poderia supor, o polícia nesta situação está agindo não somente com a intenção de garantir o sustento da sua família (pensão), que a possível pena de demissão obstará mas, também, buscando uma forma de punição, porque ainda que corrupto e desonesto, ele está socializado no papel de policial, sendo influenciado por todas as categorias morais relacionadas.

Outro importante ponto a se destacar é a questão da *agressividade*, que conforme mencionado no modelo psicológico, está relacionado ao cometimento de suicídio. Tal qual exposto anteriormente a profissão tem como meio de ação o uso da força e da autoridade, de

²⁹ <http://www.spsuicidologia.pt/index.php/generalidades/biblioteca/artigos-cientificos/82-suicidio-de-durkheim-a-shneidman-do-determinismo-social-a-dor-psicologica-individual>

³⁰ http://en.wikipedia.org/wiki/The_Thin_Blue_Line

forma que não é possível desprezar alguma relação com a agressividade³¹. Muito embora o perfil profissiográfico do Policial Federal não possa ser trazido à colação, visto que é um documento sigiloso, sabe-se que a agressividade é um fator importante na seleção de policiais em geral. Pode-se citar o exemplo de outras polícias brasileiras (cf. Anexo E). Com efeito, Luiza Ricotta (2013), acerca das características do perfil psicológico do soldado da polícia militar, por exemplo, explica qual é a dimensão expressa de cada atributo exigido: “Agressividade Controlada e Bem Canalizada – Alta, Adequada”. A própria Secretaria Nacional de Segurança Pública elaborou estudo profissiográfico e mapeamento de competências para os cargos das instituições estaduais de segurança pública, a fim de traçar o perfil e desenvolvimento de pessoal, tendo a agressividade sido identificada como competência técnica necessária ao praça do corpo de bombeiros militar; como competência comportamental necessária para o cargo de agente/investigador de polícia e como competência comportamental necessária ao praça da polícia militar³².

Friedman observou que a sociedade, ao mesmo tempo em que concede a autoridade e o uso da força ao policial, o vigia e espera dele que seja sempre educado e nunca faça o uso desses poderes contra “os bons”. Ele explicou que o policial:

is also expected to refrain from killing and from other violent behavior. The aggressive and controlling drives, which are no doubt the primary motivations for choice of occupation, are often in collision with the command to refrain and repress, therefore causing tremendous conflict within... (Friedman, 1968: 448)³³.

Outra predisposição comportamental que pode tornar-se permanentemente parte da personalidade do policial é a *noção cínica da realidade*. Os policiais têm mais demandas do que o que lhes é possível resolver. Solicitados a sempre dar e expostos à miséria humana, tendem a sentir-se frustrados, perante o sentimento de impotência face a tantos problemas sociais (Violanti, 2007), o que suscita reacções de inadequação, podendo proteger-se no alcoolismo,

³¹ “Most people likely to commit suicide require an aggressive catalyst to do so. Such individuals are typically more angry, willing to be aggressive, irritable, or impulsive than non-suicidal controls” (Maris, 2002: 321).

³² Estudo Profissiográfico e Mapeamento De Competências - Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública, 363.22 - Secretaria Nacional de Segurança Pública.

³³ Num estudo pioneiro sobre este tema, Friedman observou a transição pela qual passaram os policiais nova-iorquinos entre 34/40, quando uma reforma modificou o modo de ação da força, eis que os atos agressivos e de corrupção antes permitidos, foram proibidos. Muitos policiais não conseguiram adaptar-se, tornando-se irritados, alcólatras, doentes e assassinos, numa tentativa de lidar com a agressividade agora contida (Friedman, 1968).

no cinismo, ou no gesto suicidário, como tentativa de alcançar novamente o sentimento de força e adequação.

Os policiais têm dificuldades com seus problemas pessoais, pois tendem a escamotear as emoções. Quando um indivíduo vivencia problemas (graves) a pelo menos dois de três níveis - pessoal, familiar e social – a possibilidade de se sentir perturbado aumenta, bem como é maior o risco de tentativa de suicídio (e.g., Sampaio, 2006; Shneidman; 1985; 1986). O trabalho de um policial exige, de algum modo, uma despersonalização nos relacionamentos interpessoais³⁴. Ele deve atuar sem demonstrar emoção, bem como colocar uma barreira que o proteja da miséria humana que é obrigado a testemunhar. Porém, mesmo quando não estão de serviço, os policiais têm dificuldade de ‘religar suas emoções, o que resulta no estabelecimento de relações pessoais ‘algo impessoais’, já que estas demandam emoções que ele tem dificuldade de vivenciar. Nos perfis profissiográficos, controle emocional costuma aparecer como atributo para o candidato a policial, sendo desejada uma intensidade alta.

Gise-se ainda que a atividade policial demanda que o policial alterne situações de extremos emocionais, “For example police officers are required to express anger when correcting an offender, while at the successive moment they should be able to simulate sympathy for a crime victim” (Gelderen et al, 2007: 448), o que pode favorecer o conflito e a confusão ao lidar com situações estressantes.

3.2 O porte de arma

É importante abordar-se algumas questões associadas ao porte de arma. A arma simboliza para os policiais “their authority, identity as guardian of law, and mastery over the environment” (Violanti, 2007: 65). Ela é seu escudo, e os coloca acima do resto da sociedade. Seu valor se torna ainda mais evidente quando lhe é tomada. Violanti (2007) verificou que os policiais têm uma tendência para cometer suicídio usando sua arma de fogo, e o fato de terem acesso a armas, no trabalho e fora dele³⁵, muitas vezes por recomendação da própria instituição, pode ser um fator de risco. Tanto assim é que a taxa de suicídio de militares, que não têm livre porte fora do trabalho, é menor que a dos policiais, o que pode indicar que o acesso a arma 24 horas por dia aumenta o fator de risco. Friedman encontrou que a polícia armada de Nova York se mata duas vezes mais que a população geral, enquanto que a

³⁴ Isolamento “é um mecanismo de defesa do ego por meio do qual o policial ao invés de negar o evento e o sentimento, afasta somente o sofrimento decorrente do fato (Bonifacio, 1991: 17).

³⁵ Cerca de 90% dos policiais que se matam com arma de fogo, fazem-no fora do local de trabalho (Violanti, 2007: 66).

Metropolitan Police of London desarmada, tem as mesmas taxas da população em geral (Friedman, 1968). Tratando-se de um meio altamente letal, as tentativas de suicídio entre policiais tendem a ser bem sucedidas.

Shneidman (1994) emphasised the importance of lethality of means as a factor in completed suicide, the ready availability of firearms in policing, leaves officers in a constant state of potentially high lethality suicide ideation, attempts, and completed suicide. Although suicide causation is multidimensional, availability of means remains an important factor and part of the explanation as to why the rate of suicide for police officers remains higher than for many occupational groups (Barron, 2010: 375).

Ora, se o ato suicida é impulsivo, e o policial não precisa de se esforçar muito para encontrar meio de se matar, é evidente que o porte de arma de fogo é um fator de risco. Destaque-se ainda que, aparentemente e em razão do simbolismo que a arma tem para cada policial, este é o meio preferido para o gesto suicida. “Persons whose preferred method of suicide is unavailable often do not resort to other means” (Violanti, 2007: 67).

3.3 A Polícia Federal e outras polícias brasileiras

Sem abandonar o rigor que a pesquisa científica requer, e dado o pouco que se tem escrito sobre a temática em estudo, do ponto de vista científico³⁶, até esta data, faremos algumas considerações que, em certa medida estão impregnadas das percepções pessoais da autora sobre a instituição, pela sua própria experiência, como Delegada de Polícia Federal. Nos últimos anos a produção científica sobre o inquérito policial no Brasil é profícua, no entanto, a polícia como organização, instituição, profissão e cultura, somente recentemente tem merecido olhares atentos.

Para entender a lógica organizacional e funcional da Polícia Federal são necessários alguns esclarecimentos sobre a organização política brasileira. A República Federativa do Brasil é um Estado Federado, formado pela “união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal” (artigo 1º da Constituição Federal de 1988), o que significa que existe uma descentralização do poder entre os entes federados. Desta forma, a União, os Estados e os Municípios se autogovernam, auto-organizam, auto-legislam. As competências que se conjugam para a consecução da finalidade do Estado são repartidas e exercidas de forma exclusiva, em comum, concorrentemente ou privativamente. No que diz respeito à elaboração de leis que “criam crimes”, trata-se de competência exclusiva da União. (artigo 22, I da Constituição Federal). Ao contrário de Federações como os EUA, onde existe a figura do

³⁶ E daí também a dificuldade em encontrar citações adequadas.

crime estadual que vigora nos limites territoriais do estado, no Brasil os crimes são definidos por norma federal, válida para todo o território nacional.

A Carta Magna estabelece a existência de cinco espécies de polícias, duas delas judiciárias (Polícia Federal e Polícia Civil) e as outras três ostensivas ou administrativas (Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, e Polícias Militares). Pelo que, embora não existam crimes estaduais, há Polícias Cíveis e Militares em cada um dos 27 entes federativos (26 Estados e Distrito Federal) encarregadas, em resumo, das funções de polícia ostensiva, administrativa e judiciária, cabendo-lhes prevenir e apurar as infrações penais que aconteçam em seus respectivos territórios.

À Polícia Federal incumbem constitucionalmente as funções de polícia judiciária da União. Além disso a Lei Federal 10.446/202 definiu que esta instituição também deverá atuar em relação às infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual e internacional, e que exijam repressão uniforme. Embora não se possa falar em crimes estaduais, no sentido de serem criados pelo Poder Legislativo estadual e válidos em seus territórios, existem crimes federais, cuja atribuição para processar e julgar está definida no artigo 109 da Constituição Federal. Assim, em síntese, os crimes da competência da Justiça Federal estão no âmbito de atribuição da Polícia Federal. A atribuição da Polícia Federal também se rege pela lógica da territorialidade. Em cada capital de Estado existe uma Superintendência sob cuja circunscrição se agregam municípios. Alguns municípios são sede de Delegacias chamadas descentralizadas, sob cuja circunscrição encontram-se igualmente outros municípios. Assim, a unidade da Polícia Federal em cuja circunscrição a infração penal foi cometida, seja uma Superintendência ou uma Delegacia, será responsável pela consequente repressão e prevenção.

Um aspecto indispensável para se entender a lógica organizacional da Polícia Federal respeita ao recrutamento, realizado via concurso público, para provimento dos cargos previstos em lei, sejam Delegados de Polícia Federal, Peritos Criminais Federais, Agentes de Polícia Federal, Papiloscopistas de Polícia Federal e Escrivães de Polícia Federal. Estes cargos têm atribuições disciplinadas em lei. A habilitação acadêmica exigida para ingresso é, para os Delegados, curso superior em Direito e, para os Peritos, curso superior relacionado com a área da perícia específica em que se vai atuar. Para os demais cargos, o requisito de ingresso é a graduação em qualquer curso de nível superior. Com efeito, as atividades operadas pelo Delegado de Polícia Federal exigem conhecimento jurídico, na medida em que é responsável pela condução das investigações, instrumentalizadas via inquérito policial, o que implica dirigir a produção das provas adequadas e necessárias para cada tipo penal específico, visando

apuração da autoria e materialidade dos factos criminosos. Para tanto, o presidente da investigação pode inclusive representar diretamente ao Poder Judiciário por medidas que impliquem a restrição de direitos. O Delegado atua da mesma forma que o Juiz de Instrução ou Ministério Público em outros sistemas jurídicos penais, iniciando inclusive as investigações, as quais estão sujeitas ao controle externo do Ministério Público, titular da ação penal, finalidade última do inquérito policial.

Os Peritos, a toda prova, necessitam de habilitação específica para produzir o conhecimento técnico-científico, por vezes indispensável, para a comprovação da autoria e materialidade delitiva. Os demais cargos, no entanto, não atuam necessariamente utilizando os conhecimentos concernentes a sua área de graduação. No Brasil não existe graduação em “policing” ou “law enforcement”, sendo que a exigência de curso superior é um reflexo da necessidade de recrutar policiais intelectualmente bem preparados.

Os cargos da carreira policial federal estão escalonados em terceira, segunda e primeira classe, e classe especial. Pese a lei especificar as atribuições de cada nível, na prática, os policiais de um mesmo cargo têm as mesmas funções. Assim, um Delegado começa e encerra a sua carreira, em regra, conduzindo investigações com nível de complexidade que não aumenta à medida que adquire experiência.

Da mesma forma, Agentes, Escrivães e Papiloscopistas exercem as mesmas funções quer tenham um dia ou 30 anos de polícia. Após 10 anos (atualmente 15 anos) “chegam à classe especial” e daí nenhuma perspectiva de progressão podem vislumbrar. Tal como Monet observou ocorrer na polícia de Amsterdão, “o acesso aos postos superiores só é possível através de recrutamento externo, e os agentes da base não podem praticamente chegar a eles por promoção interna” (Monet, 2002: 147). Essa falta de estímulo é, certamente, parte da razão de haver uma disputa de poder com os Delegados, representados como responsáveis pela falta de uma justa política de promoção na carreira. Poder-se-ia argumentar, que o cargo de Delegado, ou outro de hierarquia e atribuições semelhantes que eventualmente fosse criado, poderia ser ascendido pelos policiais da base. Este argumento entretanto não encontra respaldo legal pois o provimento de cargos públicos via concurso interno é inconstitucional. Caso o critério de promoção fosse de cunho subjetivo, como por merecimento, mais dificilmente ainda a base chegaria ao topo. O contexto em que está inserida a Policial Federal é de uma sociedade “onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, que não poderia ‘deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades’” (Holanda, 1995: 50). O facto é que a forma que a sociedade brasileira encontrou de

lidar com as dificuldades que ainda existe na separação entre o público e privado, foi a realização de concurso público para prover os seus quadros.

Como é comum nas polícias, por vezes realizarem-se “greves brancas”, como forma de reivindicação. Nos últimos anos foram inclusive produzidas cartilhas pelas entidades classistas, acerca dos procedimentos que os policiais devem adotar no trabalho cotidiano. Tendo como mote a estrita formalidade no trabalho e um rígido controle social pelos pares, as atividades mais dinâmicas de investigação podem ter diminuído, o que é extremamente relevante para um grupo social que prima pelo trabalho dinâmico.

No entanto, o fator mais importante, pela própria natureza da Polícia Federal, é a questão do isolamento dos seus membros, já que se trata de uma polícia nacional em um país de dimensões continentais. O processo de isolamento já começa, portanto, no recrutamento. Os futuros policiais, alunos da Academia Nacional de Polícia, são submetidos a um regime de semi-internato, no mínimo por três meses, durante os quais devem pernoitar nos alojamentos da Academia, podendo sair apenas nos finais de semana. Como a Academia fica em Brasília, a maioria dos alunos não está entre seus familiares e amigos, razão pela qual acabam dividindo seu tempo extra-curso com seus colegas.

Recém-formados, os recrutas são geralmente lotados nas localidades de difícil provimento, regiões de fronteiras, norte e centro-oeste, para depois retornarem, após ansiosa espera, a suas origens, geralmente nos grandes centros urbanos. Acontece algo de semelhante na França, onde os novos costumam ser lotados em Paris para depois voltarem a suas províncias.³⁷ Certamente o policial deslocado sofre os efeitos do isolamento, da desintegração numa comunidade que não é a sua, e da solidariedade interna, que diante da distância de seus amigos e familiares, será ainda mais notável.

Assim é que o Policial Federal já é desde o curso de formação, isolado e desintegrado. Ademais, tratando-se de uma instituição de âmbito nacional, a Polícia Federal terá forçosamente um efetivo de polícias em constante deslocação, uma vez que a demanda de serviço está, por vezes, localizada em regiões que não possui número suficiente de policiais fixos (alocados).

³⁷ “A organização policial francesa produziu assim um paradoxo maior em todos os seus aspectos: o de fazer garantir uma tarefa que exige inserção, interconhecimento e permanência, por efetivos em perpétuo movimento” (Monjardet, 2003: 155).

Com frequência, a realidade comum da Polícia Federal é de viagens e missões, o que certamente contribui para a existência de problemas familiares e a desintegração do policial com o resto da sociedade.³⁸

³⁸ Note-se que as missões e viagens são uma fonte de renda extra, e em alguns casos as diárias recebidas podem significar dobrar os rendimentos mensais, razão pela qual, muitas vezes o policial se vê obrigado a aceitá-las, a fim de incrementar a renda familiar.

4. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

4.1 Teoria e conceito de representações sociais

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o suicídio deve ser tratado de forma interdisciplinar (e.g., OMS, 2002; Oliveira, 2008; Sampaio, 2006). O estudo do tema nos domínios da Sociologia, sobretudo sob a perspectiva da Teoria das Representações Sociais - enquanto intersecção entre a Psicologia Social e a Sociologia³⁹ - parece ser um caminho adequado. “As representações sociais estão presentes tanto ‘no mundo’ como ‘na mente’, e elas devem ser pesquisadas (Farr, 1994: 46).

Proposta inicialmente por Serge Moscovici (1961/1976), a teoria das representações sociais foi desenvolvida pelo próprio e por vários outros autores, destacando-se Doise e Jodelet (e.g., Oliveira, 2008; Porto, 2009). Embora tenha emergido nos domínios da Psicologia Social, refira-se que a Sociologia, desde o seu surgimento, se ocupou dos processos de conhecimento e produção de ideias compartilhadas, seja com Marx e as ideologias como instrumento de dominação, ou com Weber e o sistema de ideias e valores protestantes favoráveis à estruturação do capitalismo.

É em Durkheim e nas representações colectivas⁴⁰ que Moscovici encontrou as raízes das representações sociais (Moscovici, 2001)⁴¹. Embora o conceito tenha se distanciado da Sociologia, ressurgiu com Serge Moscovici, como ‘uma forma sociológica de psicologia social’ (Farr, 1994) em contraposição a ‘forma psicológica de psicologia social’. Assim, Farr encontrou uma continuidade entre passado e presente, na herança das representações coletivas de Durkheim e a adaptação dessa noção na teoria das representações sociais de Moscovici (Porto, 2009; Oliveira, 2008).

³⁹ “As representações sociais atravessam os domínios do psicológico e do social, permitindo articulá-los” (Oliveira, 2008: 205).

⁴⁰ “Predomina uma grande homogeneidade nas/das representações coletivas, as quais, sem serem eternas são bastante permanentes. O realce dado à homogeneidade torna-se então um componente problemático da teoria, se a análise pretende contemplar a fragmentação, a multiplicidade, e a pluralidade valorativa, das sociedades contemporâneas” (Porto, 2010: 70).

⁴¹ Sobre a conservação e preservação das sociedades, Moscovici (1961/1976) realça os processos sociais relativos à incorporação da novidade e da mudança na realidade social. Moscovici entende as representações coletivas como adequadas à explicação das sociedades mecânicas, enquanto as representações sociais são capazes de produzir o conhecimento prático necessário para a vida nas sociedades contemporâneas.

As representações sociais nascem da necessidade que os homens têm de criar conhecimento, com sentido prático, que lhes informe sobre o mundo à sua volta, contribuindo para entender a realidade (e.g., Porto, 2010; Jodelet, 2001). Essa é a grande função das representações sociais, que “nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva” (Jodelet, 2001: 17).

O objeto central da representação social é o senso comum “um objeto de estudo tão legítimo quanto este (o conhecimento científico n/a), devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações” (Jodelet, 2001: 22). No entanto, as representações precisam ser construídas como conceito sociológico, “para assumir estatuto analítico no contexto da pesquisa científica” (Porto, 2010: 62) pois, recordando Bourdieu (1975, 1989), o problema social, não sendo necessariamente sociológico, tem que ser sempre elaborado como tal. A teoria das representações possibilita desenvolver o conhecimento sobre um fenômeno (Porto, 2010) e enquadrá-lo teoricamente, sendo, um “instrumento teórico-metodológico pertinente e central à análise sociológica (Porto, 2010: 63).

Os temas suicídio e polícia, na medida em que são apropriados pelo senso comum, podem ser objeto de análise sociológica, a partir da indagação sobre seus sentidos, valores, opiniões ou crenças, conteúdos por excelência das representações sociais, pois, o que mais importa “são os seus sentidos empíricos, permeados por julgamentos de valor e efeitos de hierarquização que estas categorias carregam” (Porto, 2010: 63). A investigação em representações sociais procura verificar o processo pelo qual os indivíduos apreendem o mundo “num esforço para compreender e resolver seus problemas (existenciais, emocionais, relacionais...)” (Oliveira, 2008: 207).

O presente trabalho aborda o modo como os indivíduos, enquanto seres sociais, apreendem e dão sentido à realidade, seja esse conhecimento do mundo obtido através da experiência direta, seja adquirido por meio da comunicação entre os pares. Assim sendo, na pesquisa empírica, analisaram-se as representações sobre os conceitos de polícia e suicídio, entre os futuros policiais, inseridos num mesmo grupo (em pleno processo de socialização). “Partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrenta-lo” (Jodelet, 2001: 17).

Note-se que a representação social não é reprodução da realidade. Porém, não existe nada nas representações que não se encontre na realidade, com exceção da representação em si mesma (Moscovici, 1961/1976). Para a análise sociológica a medida da correspondência

entre o real e o representado não é o objeto, sendo desta forma as representações sociais “a matéria-prima do fazer sociológico” (Porto, 2010: 68), pois, enquanto criação, não são a realidade em si, mas a apreensão e simbolização que os indivíduos fazem conjuntamente e partilham. As representações “resultam da relação dinâmica que o indivíduo estabelece com o mundo e as coisas reais, num processo de construção que incorpora autonomia e criação individual ou colectiva” (Oliveira, 2008: 212). Em qualquer caso, após a construção de uma representação, os indivíduos tentam criar uma realidade e adaptá-la de modo a validar as previsões e explicações que decorrem dessa representação (Moscovici e Hewstone, 1984). De fato, “qualquer pessoa que tenha sido jornalista, sociólogo ou psicólogo clínico, sabe como a representação de tal ou qual gestos, ocorrência ou palavra, pode confirmar uma notícia ou diagnóstico” (Moscovici, 2003: 64).

Os processos cognitivos implicados na elaboração das representações sociais são a ancoragem e objetivação. Por meio do processo de ancoragem o estranho se torna familiar - para Moscovici é como ancorar um bote perdido em um dos boxes, ou pontos sinalizadores, no espaço social (Moscovici, 2003: 61). Dada uma situação nova, esta é incorporada, por meio de comparação com a experiência pretérita, que permite classificá-la e nomeá-la, em conformidade com o conhecimento preexistente, o que implica estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele (Moscovici, 2003: 61). Quanto à objetivação,

é transformação de algo abstracto, que existe no nosso pensamento, em algo visível, dando-lhe uma forma específica, concreta e quase tangível; é a reprodução do nosso quadro de referências, de conceitos ou ideias em imagens (e.g., Jodelet, 1984; Moscovici, 1981), partindo de múltiplas significações (Oliveira, 2008: 228).

Em ambos os processos, verifica-se que a construção das representações sociais é um processo dinâmico que não prescinde das informações previamente elaboradas, e que exige atenção e propósito, pelo que é um ato da consciência e intencional. Ademais características do sujeito e do objeto manifestam-se nas representações: o objeto é simbolizado/substituído e interpretado, sendo-lhe atribuído significação (Jodelet, 2001).

As representações sociais têm permitido enquadrar teoricamente os mais diversos problemas sociais, inclusive o suicídio (Oliveira, 2008), razão pela qual recorreremos a esta teoria no presente estudo - visando avaliar os sentimentos e o sentidos práticos que o grupo de futuros policiais federais utilizam para construir e partilhar sua realidade.

5. A INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA

5.1 Introdução à Investigação Empírica

O suicídio continua a ser um tema tabu, mais até do que a morte em geral (e.g., Kastenbaum, 2001; Oliveira, 2008, 2011). É um fenómeno multifacetado cuja abordagem cruza várias áreas do conhecimento humano, notadamente da psicologia e da sociologia.

A questão do suicídio, sobretudo entre policiais, e especificamente na Polícia Federal, ainda não foi tratada sob a perspectiva de se tentar compreender o que o (futuro) policial pensa da morte voluntária e quais as suas razões para escolher este ofício profissional, mesmo conhecendo os riscos que tal envolve. Esta pesquisa tem por mote principal, descobrir as dimensões significativas que estes indivíduos atribuem à sua futura profissão e ao suicídio. A investigação é constituída por um estudo, em boa medida baseado em trabalhos anteriores sobre a polícia (e.g., Bayley, 2002; Bittner, 2003; Monet, 2002; Monjardet, 2003; Reiner, 2004), sobre o suicídio entre policiais (e.g., Violanti, 2007), e sobre as representações sociais da morte e do suicídio (e.g., Oliveira, 2008, 2008a, 2011).

A utilização do modelo teórico das representações sociais (e.g., Moscovici, 1961/1976), no enquadramento da presente investigação, justifica-se na medida em que se pretende perscrutar a forma como os alunos (futuros policiais) elaboram - isto é, como pensam, como sentem e agem -, enquanto grupo em pleno processo de sociabilização, as noções sobre a profissão policial e o suicídio - e como partilham essas representações entre si.

5.2 Objectivos Gerais

Os Objectivos Gerais da investigação empírica são, em resumo:

- Analisar as *representações sociais do suicídio* e as *motivações para a escolha da profissão policial*, junto dos alunos do curso de formação profissional, futuros Agentes e Papiloscopistas de Polícia Federal, a fim de verificar como essas representações variam em função do sexo/género e da idade (e como se relacionam entre si).
- Contribuir para o estudo do fenómeno do suicídio na Polícia Federal, por meio de uma abordagem sociológica.

5.3 População - Amostra

O universo da pesquisa consiste em 434 alunos do Curso de Formação Profissional da Academia Nacional de Polícia. A escolha de alunos deve-se ao fato de que, para estudar um problema tão grave e delicado, seria mais proveitoso voltar-se inicialmente para o “quase-policial”, o qual, por ainda estar em processo de introjeção do papel social de policial, ainda não

é desconfiado, introspectivo e receoso de tratar de temas íntimos e subjetivos, como o policial de fato⁴². Junte-se a isso a maior acessibilidade para a recolha de dados (no pouco tempo disponível). Os participantes deram a sua colaboração – anónima, consentida e voluntária - enquanto se encontravam em regime de internato na Academia Nacional de Polícia. Estes sujeitos têm idades entre 21 e 49 anos (com média de 29 anos), sendo, na sua maioria, homens (85% da amostra) (cf. Anexo C, Figuras 2 e 3).⁴³

5.4 As variáveis analisadas

As variáveis independentes ora analisadas foram o sexo e a idade (com dois escalões etários, menos de 30 e pelo menos 30 anos (cf. Anexo C, Figura 3)⁴⁴.

O sexo/género é crucial nos estudos do suicídio, pois é determinante, por exemplo, na taxa de mortalidade - entre os homens existe uma maior taxa relativa de suicídios consumados, mas as mulheres registram uma mais elevada taxa de tentativas (e.g., Cassorla, 1984; Leenars, 2003; Oliveira, 2008; Smith, 2004; Robinson, 2004; Sampaio, 2006)⁴⁵. Há que salientar que o universo da polícia é masculino, o que ajuda a explicar o número elevado de suicídios consumados. A polícia ainda é um ofício essencialmente masculino “numa época em que as organizações estritamente masculinas tornam-se raras” (Monet, 2002: 136). As variáveis dependentes a analisar nesta tese são as dimensões significativas do suicídio e as razões que levaram à escolha da profissão policial.

5.5 Procedimento e Questionário

⁴² “O tipo de vida com chances maiores de tensão emocional pode estar associado, mas temos de lembrar que geralmente quem escolhe estas profissões já tem características especiais (rigidez, exigências de perfeição, etc.)” (Cassorla, 2004, sobre o suicídio entre médicos).

⁴³ O Questionário inclui outras variáveis que serão analisadas na prossecução do projecto após o mestrado; entre estas, a formação académica está assim distribuída: 24% nas ciências médicas; 24% nas ciências exatas; 21% na área de informática; 21 % nas ciências jurídicas; 2% nas ciências humanas, 3% na área das artes. Os cargos pretendidos são 82% Agentes de Polícia Federal e 18% Papiloscopistas de Polícia Federal. Apenas 9% destes indivíduos eram já policiais

⁴⁴ As demais variáveis (cargo, estado civil, formação académica e experiência anterior como policial) serão analisadas posteriormente, na prossecução do projecto onde se insere o mestrado.

⁴⁵ Ver evolução nas taxas por género no Brasil (cf. Anexo A, fig. 1).

A questão sobre a escolha da profissão - e os indicadores que mais se destacam - foi elaborada com base em entrevistas estruturadas semi-abertas a policiais federais.⁴⁶ Participaram nesta fase preliminar (ou preparatória), 42 indivíduos - 9 mulheres e 33 homens -, com idade entre 28 a 56 anos e tempo de serviço como policial entre 2 e 32 anos. O objetivo foi identificar as principais dimensões representacionais sobre a profissão, a fim de selecionar os itens relevantes para contruir uma escala a incluir no questionário a serem aplicado aos alunos do curso de formação profissional da Academia Nacional de Polícia. A realização deste estudo preliminar justificou-se pela inexistência de pesquisas que analisassem as representações sociais da profissão policial entre estes sujeitos. Aos participantes foram colocadas várias questões, nomeadamente: O que é ser (bom) policial para você? Considera a profissão policial arriscada? Que situações de risco já enfrentou? Acredita que existe uma relação entre escolher a profissão policial e gostar de enfrentar riscos? Neste âmbito, interessa-nos, sobretudo, as respostas à última destas questões.

Quanto à relação entre escolher a profissão policial e gostar de correr riscos, as respostas dos entrevistados variaram basicamente entre: a) razões de ordem prática - pelo dinheiro; para ser funcionário público e ter estabilidade no emprego; b) dinamismo da profissão - pela aventura e “adrenalina da profissão”; porque é uma atividade pouco rotineira; c) autoridade - pelo *status*, pelo prestígio; pelo poder de andar armado, d) altruísmo - pela boa imagem da instituição, para combater o crime e ajudar a sociedade. Com base nessas respostas, na primeira parte do Questionário (cf. Anexo B)⁴⁷, elaborou-se a pergunta: “Em que medida estes fatores influenciaram a sua decisão de tornar-se policial...” (cf. Anexo B, pergunta 4 do Questionário), com 19 indicadores associados a escalas do ‘tipo Likert’, de 1 (nada) a 5 (muitíssimo).

A segunda parte do Questionário incluiu algumas perguntas relacionadas ao suicídio, que tiveram por base um dos questionários aplicados numa extensa pesquisa sobre as representações sociais do suicídio e comportamentos (para)suicidas, entre jovens portugueses (Oliveira, 2008); foram feitas algumas adaptações, sobretudo em termos da linguagem utilizada, dadas algumas diferenças entre o português europeu e o brasileiro - atendendo às

⁴⁶ Policiais que trabalham no órgão central da Polícia Federal, em Brasília, com os seguintes cargos: 2 Peritos Criminais Federais, 4 Escrivães de Polícia Federal, 13 Delegados de Polícia Federal e 23 Agentes de Polícia Federal.

⁴⁷ Que incluiu ainda três outras perguntas (cf. Anexo B, Questionário).

necessidades do estudo. O Questionário incluiu ainda algumas outras perguntas⁴⁸, nomeadamente de carácter socio-demográfico (cf. Anexo B).

A título de pré-teste, o questionário foi aplicado a alguns servidores administrativos da Polícia Federal (não são policiais, mas estão no universo da polícia, assim como os participantes da pesquisa), que não relataram dificuldades para compreender e responder as questões - e todas as suas respostas se revelaram válidas. Com a devida autorização oficial da Direção de Gestão de Pessoal e da Academia Nacional de Polícia, os questionários foram entregues aos alunos pelos orientadores de cada turma, para que os respondessem, de forma anónima e confidencial, depois das aulas. Os alunos acederam a participar numa investigação sobre temas de interesse social e para a instituição, sem se especificar, em pormenor, que o objeto central era o suicídio, a fim de evitar o enviesamento da pesquisa, num contexto tão sensível, como já antes focámos (cf. protocolo na primeira página do Questionário, Anexo B).

5.6 Tratamento dos dados

Todas as respostas obtidas foram registradas em arquivo Excel e a seguir tratadas no SPSS, tendo sido elaboradas estatísticas descritivas, análises factoriais em componentes principais (ACP), análises de variância e análises correlacionais, a fim de destacar “aquilo que realmente diferencia ou distingue as variáveis ou grupos em comparação” (Oliveira, 2008: 295).

5.7 Resultados

5.7.1 Dimensões associadas à Decisão de Tornar-se Policial

Entre os itens incluídos na escala associada à escolha da profissão de policial, as maiores médias encontradas referem-se a “Admiração pela profissão”, “Trabalhar numa instituição bem vista pela sociedade”, “Possibilidade de fazer um trabalho dinâmico” e “Poder melhorar a sociedade” (cf. Anexo D, Quadro 4.1). O que revela, antes de mais, a admiração por uma profissão útil, respeitada e bem reconhecida em termos sociais.

Com base no *input* obtido a partir das respostas à questão “Em que medida estes fatores influenciaram a sua decisão de tornar-se policial...” foi realizada uma análise factorial em componentes principais – ACP (cf. Anexo D, Quadro 2). Foram identificadas quatro dimensões significativas que estruturam as razões dos alunos pesquisados para escolher a profissão policial: F1 (explica 21.5% da variância, com $\alpha=.75$) - agrupa indicadores que remetem à noção trabalho policial como algo *dinâmico*. F2 (16.8% da variância, $\alpha=.761$) - engloba razões que se

⁴⁸ Todas as outras questões, além das que aqui trabalhamos, serão analisadas estatisticamente, em profundidade, na prossecução do projecto onde se insere o mestrado.

relacionam ao *altruísmo*. F3 (15.8% da variância, $\alpha=.856$) - denota razões de vaidade, status e poder, associadas ao desejo de *autoridade* que a profissão personifica. F4 (9.3% da variância, $\alpha=.747$) - agrupa dois indicadores, salário e estabilidade no emprego, relacionados com razões de ordem *prática*⁴⁹ (cf. Anexo D, Quadro 3).

Em resumo, os alunos representam como razão principal para a escolha da profissão a possibilidade de vivenciar situações de aventura, pouco rotineiras, o que vem ao encontro do papel social de policial e a tendência em ver a profissão como excitante (e.g. Reiner, 2004; Violanti 2007. Gilmartin 1990). Em segundo lugar, o altruísmo, reflecte o sentido de missão da profissão, e confirma o que já foi encontrado na pesquisa Sensus (cf. Anexo A, Quadro 1) e referido por Reiner (2004) e Monet (2003). Relevante também a importância que os pesquisados atribuem à figura do policial como autoridade. As razões de ordem prática, igualmente importantes, sobressaem com menor evidência.

5.7.2 Dimensões Associadas ao suicídio

Para as respostas à questão “Em que medida a situação de SUICÍDIO lhe faz pensar em, sentir ou imaginar...”, encontramos com médias mais elevadas, depressão, desespero, morte e infelicidade (cf. Anexo D, Quadro 4)⁵⁰, o que denota o ato suicida como um gesto de desespero, numa situação de depressão ou perturbação, e eventual isolamento, em que a morte se deseja por não se vislumbrar sentido para a vida (e.g., Oliveira, 2008; Sampaio, 2006; Shneidman, 1987).

Realizada a ACP, e observando os itens que apresentam os maiores níveis de saturação (cf. Anexo D, Quadros 5 e 6, onde se apresenta a matriz de fatores rodados, os valores próprios, a porcentagem de variância total e explicada, e os alphas de Cronbach⁵¹), identificaram-se 4 universos de significação que estruturam as representações do suicídio. Assim, F1 (explica 27 % da variância total explicada, com $\alpha=0.97$) - contém indicadores que denotam *Mal-estar*, como tristeza, infelicidade e sofrimento. F2 (explica 18.4%, com $\alpha=0.95$) - agrupa noções relacionadas a sentimentos de *Desesperança*, como desespero, desamparo e depressão. F3 (explica 9.2%, com $\alpha=0.84$) - remete a idéia de *Incapacidade/debilidade* do

⁴⁹ Os coeficientes Alfa de Cronbach, calculados para cada escala, demonstram a sua coerência interna e consistência válida, com valores $\alpha \geq 80$ (muito bons) e > 70 (bons) (cf. Anexo D, Quadro 3).

⁵⁰ O que revela a importância de uma dimensão afectivo-emocional nas representações sociais do suicídio (Oliveira, 2008).

⁵¹ Os alphas de Cronbah demonstram que todas as sub-escalas são internamente válidas, e com uma boa consistência entre os itens que a compõem.

sujeito. F4 – remete à idéia de suicídio como uma resolução ou *fuga* (explica 7.6% da variância total explicada, com $\alpha=0.72$) (cf. Anexo D, Quadro 6).

5.7.3 Análises de Variância

Para analisar os efeitos das variáveis sexo, idade e sexo x idade em relação às dimensões construídas, foram realizadas análises de variância - ANOVA (considerando-se significativos os valores para os quais a probabilidade associada é inferior a 0.05).

5.7.3.1 Efeitos significativos sobre a escolha da Profissão

No que respeita ao fator “Altruísmo” não há variância estatisticamente relevante, quanto ao sexo ou idade. Quanto aos fatores “Dinamismo da profissão” e “Autoridade”, os homens consideram, mais do que as mulheres, a importância da profissão de policial ser dinâmica e permitir uma situação de autoridade, na defesa das pessoas e bens. Por outro lado, os aspectos (menos dinâmicos e mais práticos da profissão (como a remuneração) atraem mais as mulheres do que os homens (cf. Anexo D, Quadro 7).

5.7.3.2 Efeitos significativos sobre as dimensões do Suicídio

Encontramos efeitos significativos do sexo/género sobre as dimensões 1, 2 e 3 do suicídio. São as mulheres, mais do que os homens, que revelam mais sentimentos negativos, traduzidos em maior mal-estar e falta de esperança, face ao suicídio; são igualmente elas, mais do que eles, que percebem o ato suicida como uma fuga, numa tentativa de resolução para uma vida que já não parece ter sentido (cf. Anexo D, Quadro 8). A idade tem somente efeito a assinalar sobre a dimensão 4, observando-se que são os mais velhos que mais facilmente representam o suicídio como uma fuga ou resolução (cf. Anexo D, Quadro 8).

Verificam-se ainda efeitos de interação do sexo x idade, nas dimensões 3 e 4. As mulheres, em particular as que têm pelo menos 30 anos, consideram, mais do que os homens, que o gesto suicida traduz alguma debilidade - o que denota, em algumas situações, a idéia “do outro” que se suicida como alguém fraco (e.g., Oliveira, 2008). São igualmente as mulheres com 30 ou mais anos, as que mais realçam o ato suicida como uma tentativa de fuga ou resolução de um problema existencial, da falta de sentido para a vida (cf. Anexo D, Quadro 8).

Relativamente à quarta dimensão encontramos efeitos do sexo, idade e sexo x idade. Assim, as representações do suicídio como fuga apresentam médias muito maiores para as mulheres maiores de 30 anos e há diferença estatisticamente relevante entre as médias apresentadas pelas mulheres menores de 30 anos (cf. Anexo D, Quadro 8).

6. Discussão dos Resultados

Ao analisar os resultados ressalta a necessidade de indagar, além dos alunos dos cursos de formação, os policiais no ativo, e comparar os resultados, com os que aqui foram obtidos, a fim de se verificar como as dimensões encontradas variam com o passar dos anos e na medida em que se incorpora o papel social de policial.

As dimensões significativas encontradas para as razões para a escolha da profissão, por ordem de importância, foram o “dinamismo da profissão”, “altruísmo”; “autoridade” e motivos “práticos”. Para o suicídio, encontrou-se “mal-estar”; “desesperança”; “debilidade” e “fuga”.

Verificou-se que aos homens interessa mais ingressar na polícia por acreditarem ser uma profissão dinâmica, pouco rotineira, e que lhes confere autoridade, enquanto as mulheres preocupam-se mais com as questões práticas, como salário e um emprego estável. O sentido de altruísmo é comum a ambos.

“Dinamismo da profissão” já era de esperar, posto ser a forma como a atividade policial é representada de uma forma geral pela população. Os exames físicos rigorosos a que os candidatos a policiais são submetidos já são por si só um filtro na seleção de pessoas mais afetas à prática de exercícios físicos, há que se mencionar. Nesse sentido, recorde-se as afirmações de Reiner (2004) sobre o vício do policial na adrenalina; a chamada “brotherhood of biochemistry” em Gilmartin (1990) e as implicações apontados por Solush (1989), no que tange a intercalar períodos excitação e calma.

Quanto ao “altruísmo” vale a pena realçar que coincide com a noção que os policiais têm da profissão com um sentido de missão (e.g., Reiner, 2004; Monet 2002), com os resultados da pesquisa Instituto Sensus sobre a vocação da Polícia Federal (cf. Anexo A, Tabela 1), devendo-se atentar para o fato de os policiais tendem a sentirem-se impotentes quando não têm condições de resolver todas as demandas que lhes são apresentadas (e.g., Violanti, 2007).

Os indicadores operacionalizados demonstram que as mulheres, de uma forma geral, atribuem médias mais altas aos itens associados às representações sobre o suicídio, do que os homens. No entanto, é importante recordar que o ambiente/contexto profissional em estudo é tipicamente masculino: a população pesquisada era composta de 85% de homens - e dos 13.886 servidores, policiais e administrativos hoje na Polícia Federal, apenas 18% são mulheres.

É importante destacar que entre os itens associados ao suicídio com médias mais elevadas, encontramos: Depressão (3.67); Desespero (3.46); Morte (3.24); Infelicidade (3.23); Baixa auto-estima; (3.16); Tristeza (3.11); Problemas (3.10); Desamparo (3.10); Solução (3.04); Solidão (3.02); Sofrimento (3.00). É preocupante o fato de que os policiais federais recém

saídos da Academia Nacional de Polícia (ANP), estão sujeitos a muitos desses sentimentos, isolados nas lotações inóspitas no norte e nas fronteiras do Brasil. Chama a atenção, especialmente, a relação entre suicídio, solidão e solução.

CONCLUSÕES

Os comportamentos suicidas entre os policiais e, em particular, entre os Policiais Federais constituem-se um problema que remonta também a razões de ordem social. As taxas parecem estar aumentando a nível mundial (e.g., Rothmann, 2001) e, entre os policias federais, são bem mais altas do que as verificadas na população em geral - o que parece contraditório, tratando-se de um grupo testado física, médica e psicologicamente. Tal fenómeno deve-se ao fato de que estes profissionais, pelas características do seu trabalho, revelam, por vezes, algumas dificuldades ou problemas, a nível cognitivo, emocional e social, bem como têm um fácil acesso as meios mais letais - conforme foi referido neste trabalho.

A fim de contribuir para uma visão adequada do problema, sob a perspectiva da sociologia, procedeu-se à presente pesquisa empírica, para verificar as representações sociais dos futuros policias sobre o suicídio e as suas motivações para a escolha desse ofício.

Ressalte-se que tal como na pesquisa realizada por Monjardet (2003), o questionário poderia ser novamente aplicado aos pesquisados, a fim de confirmar as premissas sobre a introjeção do papel social de policial ao longo da carreira. Ademais, os policiais no ativo devem ser inquiridos no futuro, pois conhecer as suas noções sobre a sua profissão, e a forma como sentem o suicídio de seus pares, é de grande valia para implementar meios de prevenção, e políticas de gestão de pessoal, adequadas à preservação da saúde mental dos membros da polícia.

É imprescindível ressaltar que as dimensões mais relevantes para a escolha da profissão encontradas nesta pesquisa foram *dinamismo* e *altruísmo*. Desta forma, é fundamental que o Departamento de Polícia Federal atente para os anseios dos seus futuros quadros, os quais podem tornar-se dececionados ao encararem a realidade da burocracia que também faz parte do mundo da polícia. Para tanto, os alunos podem ser orientados, desde a sua formação, sobre os aspectos menos aventureiros da profissão. É igualmente necessário refletir sobre a organização do trabalho na Polícia Federal, a fim de garantir autonomia, para que os policiais possam sentir-se úteis e capazes de ajudar as pessoas e combater a criminalidade.

O excesso de trabalho e a falta de recursos materiais adequados, a toda evidência, atrapalha esse processo, fomentando policiais cínicos diante da incapacidade de lidar com a demanda de tarefas que são chamados a resolver. Isso acaba provocando, como discutido anteriormente, um desligamento das emoções, e conseqüente dificuldade de relacionamento e isolamento social, fatores de risco para o cometimento de tentativas de suicídio.

Atente-se ainda na questão do isolamento social do policial. É bom lembrar que os indagados nem sequer haviam sentido (ainda) plenamente os efeitos do isolamento social e da

solidariedade interna, posto que estavam à pouco tempo na Academia Nacional de Polícia. Certamente, se inquiridos atualmente, em suas inóspitas lotações no norte e fronteiras do Brasil, mais assinaláveis seriam as médias atribuídas aos itens solidão, problemas e desespero, por exemplo. Assim é que, ante a inevitabilidade da Polícia Federal estar presente em toda e extensão do território nacional, a reflexão sobre os prejuízos para a saúde mental dos servidores é uma pauta importantíssima, bem assim como a questão das viagens e missões policiais, que põem em causa a estabilidade dos relacionamentos pessoais, como um todo.

Destaque-se a necessidade de rediscutir as habilidades desejáveis para os quadros da Polícia Federal. Se os perfis profissiográficos privilegiam dimensões como agressividade e controle emocional numa profissão sujeita a fragilidades como solidão, problemas pessoais e constrição cognitiva, é de se indagar se a polícia é lugar ideal para os que se enquadram nesse perfil.

Finalmente, impende salientar que este trabalho é somente o primeiro passo para ajudar no permanente debate sobre a temática do suicídio, sendo que, em seguida, pretende-se analisar as demais dimensões reveladas pelo questionário aplicado. Há muito por fazer e por pesquisar. Para que o fenómeno multideterminado do suicídio seja progressivamente melhor entendido, e para que se possa dar um maior contributo no sentido da prevenção, em especial, entre os policiais.

BIBLIOGRAFIA

- Alvarez, A. (1999), *O Deus Selvagem: Um estudo do suicídio*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Ariès, Philippe (1989), *A história da Morte no Ocidente*, Lisboa, Teorema.
- Ariès, Philippe (2000), *O homem perante a morte I*, Lisboa, Publicações Europa-América (2ª edição).
- Aron, Raymond (2008), *As Etapas do Pensamento Sociológico*, São Paulo, Martin Claret.
- Baechler, Jean (1979), *Suicides*, New York, Basic Books & Inc. Publishers.
- Bailey, David H. (2002), *Padrões de Policiamento*, São Paulo, EDUSP.
- Barron, Stephen (2010), "Police officer suicide within the New South Wales Police Force from 1999 to 2008", *Police Practice and Research: an International Journal*, 11 (4), pp. 371-382.
- Berg, Anne Marie e Roald A. Bjorklund (2001), "Suicide in the Norwegian Police in the Period 1972-1996", em Donald C. Sheehan & Janet I. Warren (orgs.), *Suicide and Law Enforcement*, Washington, FBI Academy, pp 366-406.
- Bittner, Ergon (2003), *Aspectos do Trabalho Policial*, São Paulo, EDUSP.
- Bonifacio, Philip (1991), *The Psychological Effects of Police Work: A Psychodynamic Approach*, Nova Iorque, Plenun Press.
- Bourdieu, Pierre, Chamberondon, Jean Claude e Passeron, Jean (1975), *El Oficio de Sociólogo*, México/Espanha, Siblo Veintiuno.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bradbury, Mary. (1999), *Representations of Death: A Social Psychological Perspective*, London e New York, Routledge.
- Burke, Job, Richardsen A.M. e M. Martinussen (2007), "Demands, job resources, and burnout among police officers", *Journal of Criminal Justice*, 35, pp. 239–249.
- Cassorla, Roosevelt (1984), *O que é suicídio?*, São Paulo, Brasiliense.
- Castells, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Douglas, Jack D. (1967), *The Social Meanings of Suicide*, Princetown, Princetown University Press.
- Durkheim, Émile (2000), *O Suicídio*, São Paulo, Editora Martins Fontes.
- Farr, Robert (1994), "Representações Sociais a Teoria e a sua História" em *Textos em Representações Sociais*, Petrópolis, Vozes.
- Ferreira, Cesar Augusto (2013), "Análise pericial do padrão de consumo de álcool em policiais e seus fatores de risco", *Revista Especialize On-line IPOG*, 5, (01). disponível em <http://www.ipog.edu.br/uploads/arquivos/7c015e64e17fac99ed71cbcd72a53fb.pdf>.
- Freud, Sigmund. Livros XIV e XVIII, "Luto e Melancolia" e "Além do Princípio do Prazer"- Obras Psicológicas de Sigmund Freud, acedido em www.lacan.dk3.com, em 6 de março de 2013.
- Friedman, Paul (1968), "Suicide Among Police: A study of 93 Suicides Among New York City Policemen 1934-40" em *Essays of Self Destruction*, Nova Yorque, Science House, Apud Violanti, John M. (2007), *Police Suicide – Epidemic in Blue*, Springfield, Charles C Thomas – Publisher, LTD (2ª edição).

- Gelderen, Benjamin Van; Ellen Heuven; Marc Van Veldhoven; Marcel Zeelenberg; Marcel Croon (2007) "Psychological strain and emotional labor among police-officers: A diary study", *Journal of Vocational Behavior*, 71, pp. 446-459.
- Gibbs, J.P. e Martin, W.T. (1964), *Status Integrations and Suicide: A Sociology Study*. Oregon, University of Oregon Press, Apud Violanti, John M. (2007), *Police Suicide – Epidemic in Blue*, Springfield, Charles C Thomas – Publisher, LTD (2ª edição).
- Giddens, Anthony (1991), *As consequências da Modernidade*, São Paulo, UNESP.
- Giddens, Anthony (1997), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (5ª Ed.).
- Giddens, Anthony (2000), *Em defesa da Sociologia*, São Paulo, UNESP.
- Gilmartin, K.M. (1990), *The Brotherhood of Chemistry: its implications for a police career*, Apud Violanti, John M. (2007), *Police Suicide – Epidemic in Blue*, Springfield, Charles C Thomas – Publisher, LTD (2ª edição).
- Goldfarb, Daniel A. (2001), "Themes of Police Suicide : An Analysis of Forensic Data, Media Coverage, and Case Studies Leading to a Protocol of Assessment and Treatment", em Donald C. Sheehan & Janet I. Warren (orgs.), *Suicide and Law Enforcement*, Washington, FBI Academy, pp. 211-222.
- Halbawachs, Maurice (1930), *The Causes of Suicide*, Routledge & Kegan Paul, 1978.
- Harris, Richard (1973), *The Police Academy: an Inside View*, Nova Iorque, Willey Publishing, Apud Violanti, John M. (2007), *Police Suicide – Epidemic in Blue*, Springfield, Charles C Thomas – Publisher, LTD (2ª edição).
- Heiman, M.F. (1977), "Suicide Among Police", *American Journal of Psychiatry*, 134, pp. 1286-1289, Apud Violanti, John M. (2007), *Police Suicide – Epidemic in Blue*, Springfield, Charles C Thomas – Publisher, LTD (2ª edição).
- Holanda, Sérgio Buarque (1995), *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Hunt, R. G., McCadden, K.S. e Mourdant, T. J. (1983), "Police Roles: Content and Conflict", *Journal of Police Science and Administration*, 11, pp.: 175-184, Apud Violanti, John M. (2007), *Police Suicide – Epidemic in Blue*, Springfield, Charles C Thomas – Publisher, LTD (2ª edição).
- Jankélevitch, Vladimir. (1977), *La Mort*, Paris, Flammarion.
- Jodelet, Denise (2001), "Representações Sociais: Um Domínio em Expansão" em Denise Jodelet (Org.), *As representações Sociais*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ.
- Kastenbaum, Robert (2001), *Death, Society and Human Experience*, Boston, Allyn & Bacon (7ª Ed.)
- Klein, Robin e Constance Klein (2001), "The Identification of High-risk Behavior That Has the Potentiality of Culminating in the Covert Suicide of a Law Enforcement Officer", em Donald C. Sheehan & Janet I. Warren (orgs.), *Suicide and Law Enforcement*, Washington, FBI Academy, pp 275-284.
- Kluber-Ross, Elisabeth (1991), *Sobre a Morte e o Morrer*, São Paulo, Martins Fontes.
- Kraft, Thomas (2001), "Suicide Risk Assessment for Police Officers", em Donald C. Sheehan & Janet I. Warren (orgs.), *Suicide and Law Enforcement*, Washington, FBI Academy, pp 243-256.
- Lane, Silvia (1994), *O que é psicologia social?* (22ª Edição), São Paulo, Brasiliense.
- Maris, Ronald (2002), "Suicide", *The Lancet*, 360, pp. 319-326.

- Mendes, João Fragoso (1975), “Bases para a Prevenção do Suicídio em Portugal”, *O Médico*, LXXIV (1224): 273-277.
- Menninger, Karl (1983), *Man against himself*, Nova Iorque, Harcourt, Brace e World.
- Myers, Mary (2001), “The Suicide Funnel: A Training Aid for Law Enforcement Instructors” (2001), em Donald C. Sheehan & Janet I. Warren (orgs.), *Suicide and Law Enforcement*, Washington, FBI Academy, pp 267-274.
- Monet, Jean-Claude (2002), *Polícias e Sociedades na Europa*, São Paulo, EDUSP.
- Monjardet, Dominique (2003), *O que faz a polícia*, São Paulo, EDUSP.
- Morin, Edgar (1988), *O homem e a Morte*, Lisboa, Publ. Europa América.
- Moscovici, Serge (1961), *La Psychanalyse, son image et son public*, Paris, PUF.
- Moscovici, Serge (1976), *La Psychanalyse, son image et son public*, Paris, PUF (2ª Edição).
- Moscovici, Serge (2001), “Das Representações Coletivas às Representações Sociais: Elementos de uma História” em Denise Jodelet (Org.), *As representações Sociais*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ.
- Moscovici, Serge (2003), *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*, Petrópolis, Vozes.
- Moscovici, Serge e Hestone M. (1984), De la Science aus Sens Commum, em S. Moscovici (Ed.), *Psychologie Sociale*, Paris, PUF.
- Nelson, Z. e Smith, W. E. (1970), “The law enforcement profession, an Incidente of High Suicide”, *Omega* 1, pp. 293-299, Apud Violanti, John M. (2007), *Police Suicide – Epidemic in Blue*, Springfield, Charles C Thomas – Publisher, LTD (2ª edição).
- Oliveira, Abílio, Lúcia Amâncio e Daniel Sampaio (2004), “Da Desesperança ao desafio da morte ... à conquista da vida”, *Psychologica*, 35, pp. 69-83.
- Oliveira, Abílio (2008), *Ilusões na Idade das Emoções - Representações Sociais da Morte, do Suicídio e da Música na Adolescência*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Oliveira, Abílio (2008a), *O Desafio da Morte*, Lisboa, Âncora (2ª edição).
- Oliveira, Abílio (2011), *O Desafio da Vida*, Lisboa, Editora Coisas de Ler.
- Pam, Eleanor (2001), “Police Homicide-Suicide in Relation to Domestic Violence”, em Donald C. Sheehan & Janet I. Warren (orgs.), *Suicide and Law Enforcement*, Washington, FBI Academy, pp 375-364.
- Porto, Maria Stela Grossi (2009), “Representações sociais: entre a Sociologia e a Psicologia Social – um espaço para o debate interdisciplinar”, *Sociedade e Estado*, 24(3), pp. 645-652.
- Porto, Maria Stela Grossi (2010), *Sociologia da Violência*, Brasília, Verbena.
- Reiner, Robert (2004), *A Política da Polícia*, São Paulo, EDUSP.
- Ricotta, Luiza (2013), “Características do Perfil Psicológico para Soldado da Polícia Militar”, disponível em jconcursos.bol.uol.com.br/vip/Arquivos/Biblioteca/Arquivos/290.pdf, acessado em 27 de julho de 2013.
- Robinson, Jo e Harriet Bickley (2004), “The Role of the National Confidential Inquiry in Relation to Suicide Prevention”, em David Duffy and Tony Ryan (Eds.), *New Approaches to Preventing Suicide*, London and Philadelphia Jessica Kingsley Publishers.

- Rothmann S. e P. Van Rensburg (2002), "Psychological Strengths, Coping and Suicide Ideation in the South African Police Services In The North West Province", *SA Journal of Industrial Psychology*, 28(3), pp. 39-49.
- Sampaio, Daniel (2006), *Ninguém Morre Sozinho*, Lisboa, Caminho (14ª edição).
- Saraiva, Carlos Braz (2006), *Estudos sobre o Para-suicídio*, Coimbra, Redhorse.
- Saraiva, Carlos Braz (2010), "Suicídio: de Durkheim a Shneidman, do determinismo social à dor psicológica individual", *Psiquiatria Clínica*, 31, (3), pp.185-205.
- Santos, Susana Ferreira dos (2009), *Suicídio nas Forças Policiais: um Estudo Comparativo na PSP, GNR e PJ*, Dissertação de Mestrado em Medicina Legal, Porto, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar – ICBAS.
- Seltzer Joel; Robert Croxton; Amy Bartholomew (2001) "Psychiatric Autopsy: Its Use in Police Suicides", em Donald C. Sheehan & Janet I. Warren (orgs.), *Suicide and Law Enforcement*, Washington, FBI Academy, pp 275-284.
- Serra, A.S. Vaz (1971), *Considerações Gerais sobre o Suicídio*, Coimbra Médica XVIII (VII), pp. 683-704, Apud Sampaio, Daniel (2006), *Ninguém Morre Sozinho*, Lisboa, Caminho (14ª edição).
- Shane, Jon (2010), "Organizational stressors and police performance", *Journal of Criminal Justice* 38, pp. 807–818.
- Shneidman, Edwin (1979), "An overview: Personality, Motivation and Behavior", em Honkoff e Einsidler (orgs.), *Suicide – Theory and Clinical Aspects*, Litleton, PSG.
- Shneidman, Edwin (1985), *Definition of Suicide*, Rowman, Nova Iorque, Wiley-Interscience.
- Shneidman, Edwin (1987), "A psychological approach to Suicide", em G. Vandebons e B. Bryant (Eds.), *Cataclysms, Crise and Catastrophes: Psychology in Action*, American Psychological Association.
- Skolnick, Jerome (1968), *Justice Without Trial*, Nova Iorque, Wiley and Sons.
- Solursh, Lionel Paul (1989), "Combat Addiction: Overview of Implications in Symptom Maintenance and Treatment Planning", *Journal of Traumatic Stress*, 4 (2), pp. 451-462.
- Smith, Mike (2004), "Young Men", em David Duffy and Tony Ryan (Ed.), *New Approaches to Preventing Suicide*, London and Philadelphia Jessica Kingsley Publishers.
- Somes, Joan e Nancy Stephens Donatelli (2011), "Car versus tree: accident or suicide attempt?", *Geriatric Update*, 37 (2), disponível em www.jenonline.org.
- Stengel, Erwin (1980), *Suicídio e Tentativa de Suicídio*, Lisboa: Publicações Dom Quixote
- Tabachnick, N. Farberrow, N. (1969), "Valoración de la pontencialidad de autodestrucción", em Farberrow and Tabachnick (orgs.), *Necesito Ayuda!*, México, La Prensa Medica Mexicana.
- Tate, Teresa (2001), "Police Suicide: Assessing the Needs of the Survivors", em Donald C. Sheehan & Janet I. Warren (orgs.), *Suicide and Law Enforcement*, Washington, FBI Academy, pp. 173-180.
- Terril, Willian, Eugene Pauline e Peter Manning (2003), Police Culture and Coersion, *Criminology* 41 (4), pp. 1003-1034.
- Thoits, Peggy A. (1986), "Multiple Identities: Examining Gender and Marital Status Differences in Distress, Source", *American Sociological Review*, 51 (2), pp. 259-272.

- Thrasher, Ronald R. (2001), “Developing Policy to Combat Police Suicide”, em Donald C. Sheehan & Janet I. Warren (orgs.), *Suicide and Law Enforcement*, Washington, FBI Academy, pp. 181-191.
- Violanti, John M. (2001), “Police Suicide: Current Perspectives and Future Considerations” em Donald C. Sheehan & Janet I. Warren (orgs.), *Suicide and Law Enforcement*, Washington, FBI Academy, pp 366-406.
- Violanti, John M. (2007), *Police Suicide – Epidemic in Blue*, Springfield, Charles C Thomas – Publisher, LTD (2ª edição).
- Weber, Max (2005), *Ciência e Política: Duas vocações*. São Paulo, Pensamento-Cultrix (13ª edição).
- White, Elizabeth K. & Audrey L. Honig. (2001), “Death by Their Own Hands: Have We Failed to Protect Our Protectors?” em Donald C. Sheehan & Janet I. Warren (orgs.), *Suicide and Law Enforcement*, Washington, FBI Academy, pp. 470-479.

ANEXOS

ANEXO A – Figuras e Tabelas de Resultados relativos a outras Pesquisas

Tabela 1 - Respostas à questão “Na sua opinião, qual é o principal valor ou missão da Polícia Federal: (Espontâneo)”

VALORES E MISSÃO 10 Principais	2008 %
Dar segurança	15,0
Combater crime organizado	13,2
Combater a corrupção	12,3
Combater crimes	10,4
Servir a sociedade	8,2
Constituição	7,9
Honestidade	4,8
Manter a ordem	3,2
Polícia judiciária	3,1
Contribuir com justiça	2,4

Fonte: Instituto Sensus, pesquisa sobre o ambiente interno da Polícia Federal, 2008.

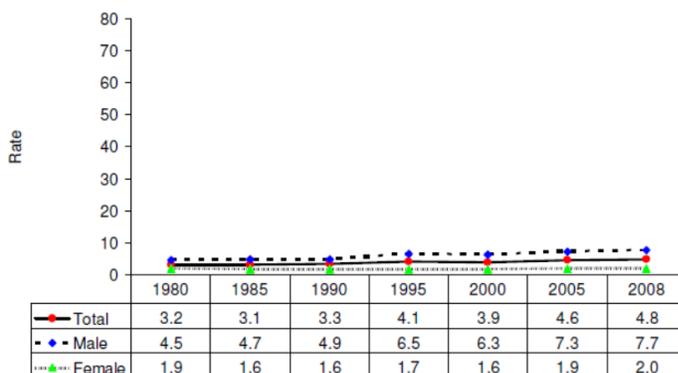
Tabela 2 - Resposta à questão “Para você, o mais importante no ofício é...”

	jan/92	dez/92	mar/94	mar/98
Fazer um trabalho interessante	46	47	37	35
Trabalhar num ambiente bom	17	13	22	30
Poder contar com os colegas	27	35	38	32
Respeitar o regulamento	10	5	3	3

Fonte: Pesquisa Monjardet 2003: 63

Figura 1 – Taxas de suicídio no Brasil, por género, entre 1980 e 2008.

Suicide rates (per 100,000), by gender, Brazil, 1980-2008.



Fonte: OMS

ANEXO B - Questionário

Num. _____

O Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) está realizando uma pesquisa junto à Polícia Federal sobre alguns temas de interesse social. Os resultados que obtivermos nos auxiliarão a compreender melhor os policiais e o modo como pensam e sentem estes assuntos.

Cabe esclarecer que **a pesquisa não é ato oficial do Departamento de Polícia Federal**, mas de iniciativa da pesquisadora.

A sua participação é **livre e voluntária**, podendo os participantes desistir a qualquer momento.

Ressalte-se, no entanto, que a sua opinião é muito importante, na medida em que os resultados deste estudo poderão subsidiar futuras ações relacionadas à gestão de pessoal.

Neste questionário não existem respostas certas ou erradas, mas apenas as opiniões pessoais de cada um. As suas respostas são anônimas e confidenciais e destinam-se exclusivamente a fins de investigação científica.

Agradecemos a sua colaboração e o consentimento para incluirmos as suas respostas nesta investigação!

+

Nas páginas seguintes (*frente e verso*) iremos fazer-lhe algumas perguntas.

POR FAVOR, ASSINALE, EM CADA UM DOS SEGUINTE CASOS, COM UM **CÍRCULO** OU UM **X** O NÚMERO QUE TRADUZIR MELHOR A SUA OPINIÃO PESSOAL, DE ACORDO COM A CHAVE QUE LHE FOR DADA.

1. COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ CONSIDERA QUE UM POLICIAL ENFRENTA AS SEGUINTE SITUAÇÕES...

NUNCA	1
RARAMENTE	2
ÀS VEZES	3
BASTANTES VEZES	4
MUITAS VEZES (OU SEMPRE)	5

	MUITAS VEZES OU				
	NUNCA			SEMPRE	
Ameaça de morte	1	2	3	4	5
Arriscar a sua integridade física	1	2	3	4	5
Apoio popular em operações de rua	1	2	3	4	5
Chantagem	1	2	3	4	5
Confronto com traficantes	1	2	3	4	5
Contar com a ajuda da população em situações de perigo	1	2	3	4	5
Contrair doenças em lotações inóspitas	1	2	3	4	5
Controle de distúrbios civis	1	2	3	4	5
Enfrentar a criminalidade organizada	1	2	3	4	5
Enfrentar assaltantes de banco	1	2	3	4	5
Enfrentar interesses de pessoas poderosas	1	2	3	4	5
Exposição a perigos físicos	1	2	3	4	5
Exposição a outros perigos	1	2	3	4	5
Incursão em favelas	1	2	3	4	5
Infiltrar-se em organizações criminosas	1	2	3	4	5
Não contar com o devido apoio da instituição em caso de necessidade.....	1	2	3	4	5
Oferecerem-lhe vantagem ilícita (corrupção passiva).....	1	1	3	4	5
Operações junto a comunidades indígenas.....	1	2	3	4	5
Operações policiais na selva	1	2	3	4	5
Perseguições a automóveis	1	2	3	4	5
Pessoas que resistem à detenção/prisão	1	2	3	4	5
Pressão psicológica	1	2	3	4	5
Proximidade com criminosos	1	2	3	4	5
Reagir a crimes fora do expediente de trabalho	1	2	3	4	5
Participar de abordagens policiais	1	2	3	4	5
Receber ameaças a sua integridade física.....	1	2	3	4	5
Receber oferta de suborno	1	2	3	4	5
Resgate de pessoas	1	2	3	4	5

Responder a processos disciplinares	1	2	3	4	5
Sentir-se frustrado.....	1	2	3	4	5
Ser ajudado por colegas de profissão	1	2	3	4	5
Ser ameaçado verbalmente	1	2	3	4	5
Ser discriminado em razão da profissão	1	2	3	4	5
Ser pressionado com ameaças à família ou pessoas queridas	1	2	3	4	5
Ser responsabilizado pela justiça por erro cometido no exercício da profissão	1	2	3	4	5
Situações de conflito com colegas (policiais)	1	2	3	4	5
Situações imprevistas	1	2	3	4	5
Stress	1	2	3	4	5
Ser vítima de tentativa de homicídio	1	2	3	4	5
Ter a sensação de dever cumprido	1	2	3	4	5
Ter que decidir e agir rapidamente	1	2	3	4	5
Tomar decisões importantes sozinho	1	2	3	4	5
Trabalhar com colegas corruptos	1	2	3	4	5
Trabalhar com equipamentos e veículos inadequados	1	2	3	4	5
Troca de tiros	1	2	3	4	5

2. EM QUE MEDIDA VOCÊ PENSA QUE SER POLICIAL SIGNIFICA...

NADA	1
POUCO	2
NEM POUCO NEM MUITO	3
MUITO	4
MUITÍSSIMO	5

	NADA				MUITÍSSIMO
A realização de um sonho.....	1	2	3	4	5
Ação.....	1	2	3	4	5
Ajudar as pessoas.....	1	2	3	4	5
Buscar provas para a condenação dos criminosos.....	1	2	3	4	5
Combater a corrupção.....	1	2	3	4	5
Combater o crime	1	2	3	4	5
Consertar as coisas que estão erradas.....	1	2	3	4	5
Contribuir para uma sociedade mais segura.....	1	2	3	4	5
Cumprir a lei	1	2	3	4	5
Cumprir uma missão	1	2	3	4	5
Defender a sociedade.....	1	2	3	4	5
Enfrentar o perigo.....	1	2	3	4	5

Fazer algo útil para sociedade.....	1	2	3	4	5
Forma de ganhar um salário.....	1	2	3	4	5
Investigar crimes	1	2	3	4	5
Manter a ordem e resolver conflitos.....	1	2	3	4	5
Manter o bem-estar social.....	1	2	3	4	5
Melhorar a sociedade.....	1	2	3	4	5
Prender criminosos.....	1	2	3	4	5
Prestar serviços para a comunidade.....	1	2	3	4	5
Proteger os direitos humanos.....	1	2	3	4	5
Realizar o controle social	1	2	3	4	5
Responder as demandas da sociedade.....	1	2	3	4	5
Sacrifício em prol do coletivo, da comunidade.....	1	2	3	4	5
Ser admirado.....	1	2	3	4	5
Ser capaz de enfrentar todo tipo de problema.....	1	2	3	4	5
Ser guardião da segurança pública.....	1	2	3	4	5
Ser herói.....	1	2	3	4	5
Ser instrumento do Poder do Estado.....	1	2	3	4	5
Ter autonomia.....	1	2	3	4	5
Ter poder para agir.....	1	2	3	4	5
Trabalhar pela justiça.....	1	2	3	4	5
Um emprego como qualquer outro	1	2	3	4	5
Outro: _____	1	2	3	4	5

3. EM QUE MEDIDA SER UM BOM POLICIAL SIGNIFICA...

	NADA				MUITÍSSIMO
Agir com urbanidade.....	1	2	3	4	5
Fazer além da obrigação.....	1	2	3	4	5
Gostar do trabalho.....	1	2	3	4	5
Gozar da confiança dos colegas.....	1	2	3	4	5
Manter-se sempre atualizado.....	1	2	3	4	5
Não desanimar	1	2	3	4	5
Não fazer pré-julgamentos	1	2	3	4	5
Não fraquejar.....	1	2	3	4	5
Não ser medroso.....	1	2	3	4	5
Priorizar o trabalho em detrimento de outros aspectos da vida	1	2	3	4	5
Resolver as demandas que lhe for apresentadas.....	1	2	3	4	5
Respeitar os direitos humanos.....	1	2	3	4	5

Saber trabalhar em equipe.....	1	2	3	4	5
Sempre se aperfeiçoar profissionalmente.....	1	2	3	4	5
Ser atento.....	1	2	3	4	5
Ser comprometido.....	1	2	3	4	5
Ser corajoso.....	1	2	3	4	5
Ser correto.....	1	2	3	4	5
Ser cumpridor da lei.....	1	2	3	4	5
Ser dedicado.....	1	2	3	4	5
Ser desprendido.....	1	2	3	4	5
Ser diligente.....	1	2	3	4	5
Ser disciplinado.....	1	2	3	4	5
Ser discreto.....	1	2	3	4	5
Ser disposto.....	1	2	3	4	5
Ser empenhado.....	1	2	3	4	5
Ser equilibrado.....	1	2	3	4	5
Ser ético	1	2	3	4	5
Ser física e mentalmente saudável.....	1	2	3	4	5
Ser forte.....	1	2	3	4	5
Ser generoso.....	1	2	3	4	5
Ser habilidoso.....	1	2	3	4	5
Ser honesto.....	1	2	3	4	5
Ser justo.....	1	2	3	4	5
Ser motivado.....	1	2	3	4	5
Ser perseverante.....	1	2	3	4	5
Ser perspicaz.....	1	2	3	4	5
Ser proativo	1	2	3	4	5
Ser profissional.....	1	2	3	4	5
Ser responsável.....	1	2	3	4	5
Ser trabalhador.....	1	2	3	4	5
Ser vocacionado.....	1	2	3	4	5
Ter auto-confiança	1	2	3	4	5
Ter boa aptidão física.....	1	2	3	4	5
Ter bom caráter.....	1	2	3	4	5
Ter curiosidade.....	1	2	3	4	5
Ter empatia com as pessoas.....	1	2	3	4	5
Ter frieza.....	1	2	3	4	5
Ter instinto.....	1	2	3	4	5

Ter liderança.....	1	2	3	4	5
Ter sensibilidade.....	1	2	3	4	5
Ter senso crítico.....	1	2	3	4	5
Ter serenidade.....	1	2	3	4	5
Ter uma boa imagem perante a sociedade.....	1	2	3	4	5
Outra: _____	1	2	3	4	5

4. EM QUE MEDIDA ESTES FATORES INFLUENCIARAM A SUA DECISÃO DE TORNAR-SE POLICIAL...

	NADA				MUITÍSSIMO
“Adrenalina” da profissão.....	1	2	3	4	5
Admiração pela profissão.....	1	2	3	4	5
Enfrentar situações excitantes.....	1	2	3	4	5
Estabilidade no emprego.....	1	2	3	4	5
Poder enfrentar situações arriscadas.....	1	2	3	4	5
Poder melhorar a sociedade.....	1	2	3	4	5
Possibilidade de enfrentar criminosos.....	1	2	3	4	5
Possibilidade de fazer um trabalho dinâmico.....	1	2	3	4	5
Possibilidade de viver aventuras.....	1	2	3	4	5
Salário	1	2	3	4	5
Ser reconhecido como autoridade	1	2	3	4	5
Ser reconhecido por fazer um trabalho importante para a sociedade	1	2	3	4	5
Ser útil	1	2	3	4	5
Status social.....	1	2	3	4	5
Ter poder	1	2	3	4	5
Ter porte de arma.....	1	2	3	4	5
Trabalhar numa instituição bem vista pela sociedade.....	1	2	3	4	5
Trabalho pouco rotineiro.....	1	2	3	4	5
Vocação.....	1	2	3	4	5
Outra: _____	1	2	3	4	5

5. COMO ASSOCIA CADA UMA DAS SEGUINTE PROFISSÕES AO RISCO DE (TENTAR O) SUICÍDIO?

	NADA				MUITÍSSIMO
Açougueiro.....	1	2	3	4	5
Administrador de empresas.....	1	2	3	4	5
Advogado.....	1	2	3	4	5
Arquiteto.....	1	2	3	4	5

Artista.....	1	2	3	4	5
Auxiliar de Enfermagem.....	1	2	3	4	5
Bancário.....	1	2	3	4	5
Biólogo	1	2	3	4	5
Bombeiro.....	1	2	3	4	5
Cabelereiro.....	1	2	3	4	5
Cirurgião	1	2	3	4	5
Comerciante.....	1	2	3	4	5
Contador.....	1	2	3	4	5
Dentista.....	1	2	3	4	5
Desportista profissional	1	2	3	4	5
Eletricista.....	1	2	3	4	5
Enfermeiro.....	1	2	3	4	5
Engenheiro.....	1	2	3	4	5
Esteticista	1	2	3	4	5
Estudante universitário	1	2	3	4	5
Farmacêutico.....	1	2	3	4	5
Fazendeiro.....	1	2	3	4	5
Fisioterapeuta.....	1	2	3	4	5
Jogador de Futebol.....	1	2	3	4	5
Juiz	1	2	3	4	5
Médico.....	1	2	3	4	5
Militar.....	1	2	3	4	5
Motorista.....	1	2	3	4	5
Padeiro	1	2	3	4	5
Padre	1	2	3	4	5
Policia.....	1	2	3	4	5
Professor.....	1	2	3	4	5
Psicólogo.....	1	2	3	4	5
Secretária.....	1	2	3	4	5
Veterinário.....	1	2	3	4	5
Outra: _____	1	2	3	4	5

6. EM QUE MEDIDA PENSA QUE ESTES PROFISSIONAIS VIVENCIAM SITUAÇÕES DE RISCO HABITUALMENTE?

	NADA				MUITÍSSIMO
Açougueiro.....	1	2	3	4	5
Administrador de empresas.....	1	2	3	4	5

Advogado.....	1	2	3	4	5
Arquiteto.....	1	2	3	4	5
Artista.....	1	2	3	4	5
Auxiliar de Enfermagem.....	1	2	3	4	5
Bancário.....	1	2	3	4	5
Biólogo	1	2	3	4	5
Bombeiro.....	1	2	3	4	5
Cabelereiro.....	1	2	3	4	5
Cirurgião	1	2	3	4	5
Comerciante.....	1	2	3	4	5
Contador.....	1	2	3	4	5
Dentista.....	1	2	3	4	5
Desportista profissional	1	2	3	4	5
Eletricista.....	1	2	3	4	5
Enfermeiro.....	1	2	3	4	5
Engenheiro.....	1	2	3	4	5
Esteticista	1	2	3	4	5
Estudante universitário	1	2	3	4	5
Farmacêutico.....	1	2	3	4	5
Fazendeiro.....	1	2	3	4	5
Fisioterapeuta.....	1	2	3	4	5
Jogador de Futebol.....	1	2	3	4	5
Juiz	1	2	3	4	5
Médico.....	1	2	3	4	5
Militar.....	1	2	3	4	5
Motorista.....	1	2	3	4	5
Padeiro	1	2	3	4	5
Padre	1	2	3	4	5
Policial.....	1	2	3	4	5
Professor.....	1	2	3	4	5
Psicólogo.....	1	2	3	4	5
Secretária.....	1	2	3	4	5
Veterinário.....	1	2	3	4	5
Outra: _____	1	2	3	4	5

7. EM QUE MEDIDA A SITUAÇÃO DE SUICÍDIO LHE FAZ PENSAR EM, SENTIR OU IMAGINAR...

	NADA					MUITÍSSIMO
Angústia.....	1	2	3	4	5	
Arma.....	1	2	3	4	5	
Arrepios	1	2	3	4	5	
Baixa auto-estima.....	1	2	3	4	5	
Covardia.....	1	2	3	4	5	
Confusão.....	1	2	3	4	5	
Depressão.....	1	2	3	4	5	
Desamparo.....	1	2	3	4	5	
Desespero.....	1	2	3	4	5	
Doença.....	1	2	3	4	5	
Dor.....	1	2	3	4	5	
Droga.....	1	2	3	4	5	
Egoísmo.....	1	2	3	4	5	
Escuridão.....	1	2	3	4	5	
Estupidez.....	1	2	3	4	5	
Fim.....	1	2	3	4	5	
Fraqueza.....	1	2	3	4	5	
Horror.....	1	2	3	4	5	
Impotente.....	1	2	3	4	5	
Incompreensão.....	1	2	3	4	5	
Infelicidade.....	1	2	3	4	5	
Loucura.....	1	2	3	4	5	
Mal.....	1	2	3	4	5	
Medo.....	1	2	3	4	5	
Morte.....	1	2	3	4	5	
Pena.....	1	2	3	4	5	
Pensativo.....	1	2	3	4	5	
Ponte.....	1	2	3	4	5	
Preocupação.....	1	2	3	4	5	
Problemas.....	1	2	3	4	5	
Revolta.....	1	2	3	4	5	
Saída.....	1	2	3	4	5	
Sangue.....	1	2	3	4	5	
Sufrimento.....	1	2	3	4	5	
Solidão.....	1	2	3	4	5	

Solução.....	1	2	3	4	5
Trauma.....	1	2	3	4	5
Tristeza.....	1	2	3	4	5
Vontade de ajudar.....	1	2	3	4	5
Zangado.....	1	2	3	4	5

8. COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ COSTUMA TER ESTE TIPO DE COMPORTAMENTOS?

NUNCA	1
RARAMENTE	2
ÀS VEZES	3
BASTANTES VEZES	4
MUITAS VEZES (OU SEMPRE)	5

	NUNCA		MUITAS VEZES OU SEMPRE		
	1	2	3	4	5
Abuso do uso de álcool ou outras drogas	1	2	3	4	5
Consumo substâncias entorpecentes antes de ir trabalhar ou no trabalho	1	2	3	4	5
Dirijo acima dos limites de velocidade.....	1	2	3	4	5
Dirijo embriagado ou após tomar bebidas alcoolicas para além do aconselhável	1	2	3	4	5
Dirijo pela contra-mão	1	2	3	4	5
Mantenho relações sexuais sem uso de preservativo (fora de relacionamentos estáveis)	1	2	3	4	5
Me envolvo em brigas.....	1	2	3	4	5
Não uso cinto de segurança.....	1	2	3	4	5
Participo de jogos de azar.....	1	2	3	4	5
Pratico esportes radicais	1	2	3	4	5

9. SE FOSSE POSSÍVEL ESCOLHER, TERIA PREFERÊNCIA POR MORRER...

Discordo totalmente	1
Discordo em parte	2
Nem concordo nem discordo	3
Concordo em parte	4
Concordo totalmente	5

Acompanhado da pessoa amada.....	1	2	3	4	5
Acompanhado de colegas policiais.....	1	2	3	4	5

Em casa	1	2	3	4	5
Em serviço	1	2	3	4	5
Enquanto dorme	1	2	3	4	5
Na sequência de acidente.....	1	2	3	4	5
Numa operação policial.....	1	2	3	4	5
Por homicídio.....	1	2	3	4	5
Por suicídio.....	1	2	3	4	5
Por velhice.....	1	2	3	4	5
Rodeado de familiares e/ou amigos.....	1	2	3	4	5
Rodeado de médicos e/ou enfermeiros.....	1	2	3	4	5
Sozinho.....	1	2	3	4	5
Por outra causa (ou de outra forma) :.....	1	2	3	4	5

10. ASSINALE A SEGUIR O NÚMERO QUE ESTIVER DE ACORDO COM O QUE SE PASSA COM VOCÊ:

Nunca	1
Uma só vez	2
Duas vezes	3
Algumas vezes	4
Muitas vezes	5

	NUNCA					MUITAS VEZES				
Já desejou realmente morrer?	1	2	3	4	5					
Já esteve perto de morrer em alguma situação?	1	2	3	4	5					
Já imaginou poder morrer em serviço?	1	2	3	4	5					
Já se sentiu preocupado com a certeza de que morrerá um dia?	1	2	3	4	5					
Já tentou suicidar-se?	1	2	3	4	5					
Já teve actos que o(a) feriram/magoaram, fisicamente, a si mesmo(a)? ⁵²	1	2	3	4	5					
Já teve comportamentos que o(a) colocaram em 'perigo de vida' ⁵³ ?	1	2	3	4	5					
Já teve ideias de suicídio?	1	2	3	4	5					

	SIM	NÃO
Nos últimos 6 meses, vivenciou a morte de um familiar (ou amigo) muito próximo?	()	()
Nos últimos 6 meses, vivenciou o suicídio de um familiar (ou amigo) muito próximo?	()	()
Nos últimos 6 meses, vivenciou a morte um policial?	()	()
Nos últimos 6 meses, vivenciou o suicídio de um policial?	()	()
Conhece alguma policial que se suicidou ou tentou se suicidar?	()	()
Conhece alguma outra pessoa que se suicidou ou tentou se suicidar?	()	()

⁵² Por exemplo, magoar-se propositadamente a si mesmo, queimar-se com cigarros, cortar-se, etc

⁵³ Por exemplo, consumir estimulantes ou drogas, abusar no álcool, dirigir em excesso de velocidade, pela contra-mão, etc.

ANTES DE TERMINAR, por favor dê-nos ainda algumas informações sobre você. Voltamos a lembrar que as suas RESPOSTAS são **ANÔNIMAS** e **CONFIDENCIAIS**.

Sexo: Feminino () Masculino ()
Est. Civil: Casado/União estável () Solteiro () Viúvo () Divorciado/Separado ()
Sua idade: _____
Formação: () engenharias e ciências exatas () ciências médicas/biológicas () direito () () ciências humanas () informática () arte (...)
Tem filhos: Não () Sim (), _____ filhos
Já era policial antes de ingressar neste curso de formação? Não () Sim (), há _____ anos.

Se desejar pode escrever alguma **OBSERVAÇÃO**:

MUITO OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO!

Nota: Se posteriormente quiser conhecer mais sobre este trabalho pode contactar-me: *tatiane.tca@gmail.com*.

ANEXO C - Gráficos de Frequências (por variável independente)

Figura 2 Distribuição por Sexo / Género

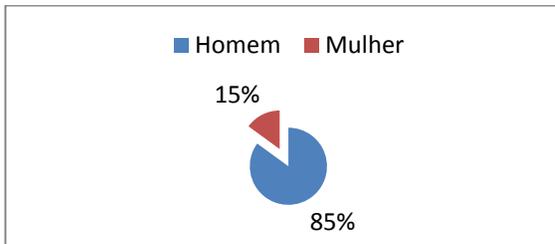


Figura 3 Distribuição por frequências relativas à idade

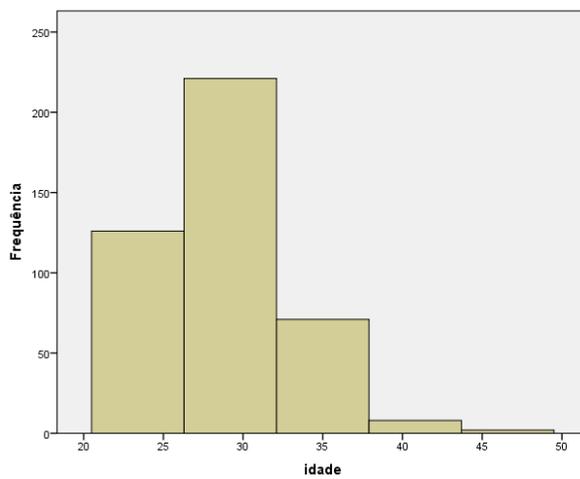


Figura 4 Distribuição por Idade/Escalão Etário



ANEXO D - Resultados

Quadro 1 Médias e desvio-padrão dos indicadores associados às Razões para a escolha da Profissão

	Média	Desvio-padrão
Admiração pela profissão	4.43	.793
Trabalhar numa instituição bem vista pela sociedade	4.43	.840
Possibilidade de fazer um trabalho dinâmico	4.40	.792
Poder melhorar a sociedade	4.30	.910
Ser reconhecido por fazer um trabalho importante para a sociedade	4.17	1.021
Vocação	3.90	1.072
Estabilidade no emprego	3.83	1.100
Possibilidade de viver aventuras	3.72	1.097
Enfrentar situações excitantes	3.58	1.014
Salário	3.52	1.057
Possibilidade de enfrentar criminosos	3.46	1.158
“Adrenalina” da profissão	3.20	1.141
Poder enfrentar situações arriscadas	3.10	1.043
Status social	2.96	1.138
Ser reconhecido como autoridade	2.88	1.140
Ter porte de arma	2.64	1.235
Ter poder	2.62	1.120

Quadro 2 Estrutura factorial das dimensões significantes das Razões para a escolha da Profissão

	F1- Dinamismo	F2 Altruísmo	F3 Autoridade	F4 Prático
“Adrenalina” da profissão	.802	.016	.214	-.138
Poder enfrentar situações arriscadas	.795	.058	.278	-.109
Possibilidade de viver aventuras	.794	.095	.178	.061
Enfrentar situações excitantes	.790	.128	.238	-.138
Possibilidade de fazer um trabalho dinâmico	.657	.251	-.220	.220
Possibilidade de enfrentar criminosos	.586	.354	.123	-.227
Trabalho pouco rotineiro	.585	.223	-.042	.117
Vocação	.436	.428	.237	-.232
Ser útil	.142	.804	.024	.046
Ser reconh. por fazer um trab. Import. p/ a soc.	.035	.789	.199	.165
Poder melhorar a sociedade	.136	.716	.001	-.064
Trabalhar numa instituição bem vista pela soc.	.109	.698	.193	.143
Admiração pela profissão	.315	.604	.042	-.143
Ter poder	.115	.104	.875	-.001
Status social	.057	.216	.777	.212
Ser reconhecido como autoridade	.154	.216	.773	.176
Ter porte de arma	.247	-.055	.762	.017
Salário	-.075	.020	.141	.852
Estabilidade no emprego	-.024	.046	.152	.821
Valores Próprios	4.095	3.192	3.004	1.772
Variância explicada %	21.551	16.802	15.810	9.325
Percentagem acumulada %	21.551	38.352	54.163	63.487
Alfa de Cronbach (α)	.75	.76	.86	.75

Nota: Resultado da ACP: matrix após a rotação varimax, como normalização Kaiser, convergente em 6 iterações medida kmo =0.89, teste de Barlett = 3710.338; significância = .000

Quadro 3 - Variância Explicada, e Alfa de Cronbach - Razões para a escolha da Profissão

Dimensões	Média	Variância Explicada	Alfa de Cronbach
F1 - Dinamismo	3.054	21%	.75
F2 - Altruísmo	4.247	16,8%	.76
F3 - Autoridade	2.775	15,8	.86
F4 - Prático	3.672	9,35	.75

Quadro 4 Médias e desvio-padrão referentes aos indicadores associados ao Suicídio

	Média	Desvio-Padrão
Depressão	3.67	1.565
Desespero	3.46	1.594
Morte	3.24	1.699
Infelicidade	3.23	1.658
Baixa auto-estima	3.16	1.572
Tristeza	3.11	1.611
Problemas	3.10	1.605
Desamparo	3.10	1.546
Solução	3.04	1.615
Solidão	3.02	1.613
Sufrimento	3.00	1.624
Angústia	2.97	1.619
Fim	2.86	1.714
Confusão	2.81	1.563
Droga	2.77	1.456
Doença	2.74	1.431
Dor	2.64	1.476
Estupidez	2.62	1.585
Impotente	2.59	1.491
Mal	2.57	1.546
Covardia	2.57	1.550
Incompreensão	2.54	1.461
Medo	2.54	1.507
Revolta	2.44	1.489
Pena	2.43	1.504
Arma	2.43	1.421
Preocupação	2.42	1.449
Vontade de ajudar	2.42	1.584
Horror	2.39	1.454
Escuridão	2.36	1.503
Egoísmo	2.24	1.383
Trauma	2.23	1.355
Saída	2.06	1.419
Sangue	2.03	1.356
Pensativo	1.98	1.259
Zangado	1.72	1.087
Ponte	1.66	1.062

Quadro 5 - Estrutura factorial das dimensões significantes do Suicídio

Itens	F1-	F2-	F3	F4
	Mal-estar	Desesperança	Incapacidade/ Debilidade	Fuga
Sufrimento	.799	.351	.107	.170
Tristeza	.793	.374	.052	.145
Infelicidade	.783	.412	.092	.145
Problemas	.775	.362	.018	.210
Morte	.749	.321	.116	.185
Solidão	.745	.411	.062	.156
Impotente	.698	.223	.260	.176
Preocupação	.675	.200	.037	.374
Fim	.674	.208	.270	.147
Pena	.650	.222	.145	.129
Incompreensão	.647	.301	.242	.231
Vontade de ajudar	.638	.109	.266	-.151
Mal	.631	.178	.381	.117
Medo	.630	.208	.324	.296
Horror	.626	.195	.347	.051
Trauma	.597	.204	.121	.337
Revolta	.597	.210	.186	.454
Pensativo	.571	.084	.060	.316
Sangue	.543	.092	.222	.402
Zangado	.441	.005	.428	.317
Depressão	.295	.830	.217	.060
Desespero	.338	.811	.213	.093
Desamparo	.340	.798	.257	.097
Baixa auto-estima	.296	.792	.180	.030
Angústia	.269	.717	.075	.009
Confusão	.318	.687	.278	.094
Dor	.266	.621	.328	.189
Arma	.207	.620	.046	.226
Droga	.200	.560	.400	.252
Doença	.202	.528	.454	.251
Covardia	.120	.374	.724	.035
Egoísmo	.179	.329	.712	.172
Estupidez	.274	.333	.668	.039
Escuridão	.252	.414	.438	.122
Solução	.216	.114	.023	.760
Saída	.392	.141	.175	.672

Ponte	.277	.104	.169	.594
Valores Próprios	10.238	7.018	3.529	2.921
Var. explicada	26.941	18.469	9.287	7.687
Perc. acumulada	26.941	45.410	54.697	62.384
Alfa de Cronbach	0.97	0.95	0.84	0.72

Nota: Resultado da ACP: matriz após a rotação varimax, com normalização kaiser, convergente em 9 iterações. Medida kmo: 0.96; teste de Bartlett= 12632.883; significância =.000.

Quadro 6 - Variância explicada e Alfa de Cronbach, associados às dimensões do Suicídio

Dimensões	Média	Variância Explicada	Alfa de Cronbach
F1 – Mal-Estar	2.593	27%	0.97
F2 - Desesperança	2.972	18.4	0.95
F3 - Incapacidade	2.445	9.2	0.84
F4 - Fuga	2.255	7.6	0.72

Quadro 7 Efeitos do Sexo/Género sobre as dimensões associadas às Razões para a escolha da Profissão

	Homens	Mulheres
F1- Dinamismo	3.75	3.35
F2 - Altruísmo	4.27	4.12
F3- Autoridade	2.82	2.45
F4- Prático	3.65	3.92

Análises de Variância

F1 - Dinamismo	F (1,419) = 14.18 ***
F2 - Altruísmo	F (1,420) = 0.95
F3 - Autoridade	F (1,422) = 6.80**
F4- Prático	F (1,423) = 3.75*

Nota *p < 0.050; ** p < 0.010; *** p <0,001

Quadro 8 Efeitos do Sexo/Género e da Idade sobre as dimensões associadas ao Suicídio

	Sexo/Género		Idade		Sexo/Género x Idade			
					< 30		≥30	
	Homens ♂	Mulheres ♀	< 30	≥30	♂	♀	♂	♀
F1- Mal-estar	2.504	3.11	2.81	2.81	2.57	3.06	2.44	3.17
F2 -Desesperança	2.87	3.50	3.18	3.19	2.37	3.41	2.78	3.59
F3- Debilidade	2.37	2.89	2.53	2.73	2.46	2.61	2.29	3.16
F4- Fuga	1.70	2.24	1.82	2.12	1.76	1.88	1.64	2.60

Análises de Variância

	Sexo	Idade	Sexo x Idade
F1- Mal-estar	F (1,380) = 11.51**	F (1,380) = 0,01	F (1,380) = 0,44
F2-Desesperança	F (1,401) = 17.58**	F (1,401) = 0,00	F (1,401) = 1,02
F3- Debilidade	F (1,408) = 8.05	F (1,408) = 1,13	F (1,408) = 3,99*
F4- Fuga	F (1,400) = 14.08***	F (1,400) = 4,39*	F (1,400) = 8,63**

Nota *p < 0.050; ** p < 0.010; *** p <0,001

ANEXO E - Normativos e perfis profissiográficos referentes a concursos para provimento de cargos policiais

1) EDITAL Nº 1/2007 - SAD/ESCOLAGOV/PMMS

(...) 8.6.1 - Descrição das características a serem avaliadas:

a) controle emocional: habilidade do candidato para reconhecer as próprias emoções, diante de um estímulo qualquer, antes que elas interfiram em seu comportamento, controlando-as, a fim de que sejam manifestadas de maneira adequada no meio em que estiver inserido, devendo o candidato adaptar-se às exigências ambientais, mantendo intacta a capacidade de raciocínio.

i) controle e canalização produtiva da agressividade: capacidade do candidato de controlar a manifestação da energia agressiva a fim de que a mesma não surja de forma inadequada em seu comportamento, e para que, ao mesmo tempo, possa direcioná-la à realização de atividades que sejam benéficas para si e para a sociedade, mostrando-se uma pessoa combativa; (...)

2) PORTARIA GAB PCPE Nº. 601, DE 09 de Agosto 2006.

(...) Art. 6º O candidato será considerado inapto, em sua avaliação psicológica :

I - quando apresentar o tônus vital, a agressividade, o ajustamento à realidade e o funcionamento do ego, em níveis marginais ou indicativos de patologias; como também, apresentar transtornos do humor (afetivos) que comprometam o exercício profissional e a adequação aos padrões organizacionais da Instituição Policial.

II - quando apresentar um perfil profissiográfico incompatível com o cargo escolhido;

Parágrafo Único. A agressividade deverá ser avaliada como a força propulsora que leva o indivíduo a uma atitude de afirmação e domínio pessoal, perante qualquer situação, e o tônus vital como a energia disponível e circulante em certo momento da vida, representando uma medida do potencial biológico capaz de ser liberado em qualquer situação de emergência. (...)

3) Edital Nº 016/2013 - Academia de Polícia Civil do Rio Grande do Sul - Divisão De Recrutamento E Seleção – Anexo - Avaliação Psicológica

Perfil Profissiográfico do Escrivão e Inspetor

CARACTERÍSTICAS	PARÂMETRO	DESCRIÇÃO
Controle Emocional	Elevado	Habilidade do candidato para reconhecer as próprias emoções, diante de um estímulo qualquer, antes que elas interfiram em seu comportamento, controlando-as, a fim de que sejam manifestadas de maneira adequada no meio em que estiver inserido, devendo o candidato adaptar-se às exigências ambientais, mantendo intacta a capacidade de raciocínio.
Controle e canalização produtiva da agressividade	Elevado	Capacidade do candidato de controlar a manifestação da energia agressiva, a fim de que a mesma não surja de forma inadequada em seu comportamento, e para que, ao mesmo tempo, possa direcioná-la à realização de atividades que sejam benéficas para si e para a sociedade, mostrando-se uma pessoa combativa.